

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA PSICANALÍTICA

EDUARDO PIO DE SOUZA

A FORMAÇÃO DE PAR-AMOROSO ENTRE AS
ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA
SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO.

Belo Horizonte

2014

EDUARDO PIO DE SOUZA

A formação de par-amoroso entre as adolescentes em cumprimento de
medida socioeducativa de internação.

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Teoria
Psicanalítica da Universidade Federal de
Minas Gerais como parte dos requisitos
necessários à obtenção do título de mestre em
Teoria Psicanalítica.

Área de concentração: Psicanálise

Orientadora: Nádya Laguardia de Lima

Belo Horizonte

2014

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos que estiveram ao meu redor neste momento que minha atenção se voltou para a pesquisa de mestrado. Sem a ajuda dessas pessoas que me cercam, seria muito mais angustiante o percurso de dois anos.

À professora Nádia Laguardia de Lima, por sua competência, atenção, comprometimento, exigência, e inúmeras correções do texto. Agradeço a oportunidade de crescimento, aprendizado e confiança em mim depositada. Esses últimos três anos de convivências mudaram radicalmente minha trajetória acadêmica e profissional.

A professora Andréa Guerra pelo cuidadoso parecer do projeto, pelo auxílio teórico e pela disponibilidade em participar da banca.

À professora Cynthia Medeiros.... pela disponibilidade em participar da banca de defesa mesmo com todos atravessamentos burocráticos, o tempo limitado e ainda assim aceitado o convite para a banca.

Ao programa de pós-graduação, professores e todos seus funcionários que me ajudaram no percurso e a desenvolver a pesquisa.

Aos adolescentes que sempre manterão vivo dentro de mim o desejo pela Psicanálise, espero que nossa pesquisa, possa ter contribuído de alguma forma.

Aos parceiros de trabalho do Freud Cidadão, com quem diariamente compartilho minha prática, e enriquece cada vez mais minha formação de analista. Agradeço pela ajuda, compreensão e companheirismo sempre.

Agradeço a Maria José Salum pelo convite para apresentação no Núcleo de Psicanálise e Direito do Instituto de Psicanálise e Saúde Mental de Minas Gerais. Agradeço os comentários orientadores de Fernanda Otoni, e todos presentes, esse dia foi fundamental para percurso da pesquisa.

Aos colegas do grupo de pesquisa, os amigos do mestrado, da graduação de psicologia UFMG, e extensão, obrigado por me acolher e deixar que eu fizesse parte.

Aos amigos, Mariana, Marina, Yuri, Larissa, Leite, Rafael, Ana Clara, Flávia, Beto, Sebo-FOP, Martins, Regina, por tornarem a vida engraçada, divertida.

A Fernanda Otoni Brisset por me ajudar a questionar sobre meu desejo.

A Gabriela, pela enorme ajuda na correção do texto!

A minha família: Evandro, Lúcia, Luciana e Marcelo, por todo amor, compreensão, alegria e loucura vocês fazem parte de mim.

A minha família estendida: Rômulo, Suzana, Rafael, Ana Clara, Renan. Obrigado a todos por entenderem minhas ausências, não tenho palavras para agradecê-los e expressar meus sentimentos.

A minha esposa Mariana, parceira, amiga, amante e orientadora. Por me introduzir no campo acadêmico e sociológico. O que antes parecia impossível de abordar, tornou-se uma sucessão de vários possíveis. Você está presente em cada página, em cada desenho, em cada borrão de minha história a 11 anos, obrigado, que venham mais 111.

Obrigado a todos.

RESUMO

SOUZA, E. P. de (2014). *A formação de par-amoroso entre as adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Nesta dissertação, realizamos uma reflexão teórica sobre a formação de par-amoroso entre adolescentes do sexo feminino em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Estado de Minas Gerais. Buscamos investigar porque as adolescentes, que até então haviam se relacionado somente com jovens do sexo oposto, após o acautelamento iniciam o que elas chamam de um “namoro temporário” com outras adolescentes da instituição. Esta forma de relacionamento atinge praticamente todas as adolescentes que são admitidas na instituição, como numa espécie de contágio. O estudo teórico psicanalítico realizado no mestrado nos conduziu à elaboração de três hipóteses principais: (1) A formação de par amoroso seria o efeito de uma identificação histórica, em resposta ao encontro com o feminino no tempo da puberdade. (2) A construção deste namoro temporário seria uma estratégia-resposta às tentativas de regulação feitas pela instituição, como uma forma de resistência ao controle institucional. (3) As manifestações sexuais das jovens, claramente dirigidas ao olhar daqueles que as vigiam, seriam uma forma de fazer furo nesse olhar, apontando para um gozo que não pode ser regulado pelo Outro institucional.

Palavras-chave: par-amoroso, adolescência, identificação, feminino, olhar.

ABSTRACT

SOUZA, E. P. de (2014). *The establishment of loving couples between female adolescents fulfilling socio-educational measure regimen*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

In this dissertation, it was carried out a theoretical reflection about the formation of the loving-pair between adolescent girls fulfilling socio-educational measure regimen at Minas Gerais State. We seek to investigate the reason why the female adolescents, who, until their confinement only had relationships with the opposite sex, begin what they call “temporary relationship” with other female inmates of the institution after their incarceration. This type of relation reaches virtually all the teenagers girls admitted in the institution, as a kind of contagion. The psychoanalytic theoretical study conducted during these years led us to formulate three main hypotheses: (1) The formation of the couple would be the effect of a hysterical identification, in response to the encounter with the feminine at the time of puberty; (2) The construction of this temporary relationship would be a strategy response to the attempts of regulation implemented by the institution, as a form of resistance to institutional control; (3) The sexual manifestations of the young girls, clearly addressed to those who guard them, would be a way to “crack” the looking, indicating a joy that cannot be controlled by the institutional Other.

Key-words: loving pairs, adolescence, identification, feminine, sight.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. INSTITUIÇÃO PANÓPTICA: com quantas regras se faz uma imitação de Deus?.....	14
1.1 A Estrutura.....	16
1.2 Normas e regras	18
1.3 Rotina institucional.....	20
1.4 Para além da rotina institucional	24
1.5 A Máquina Óptica de Bentham e a Unidade Socioeducativa.....	27
1.6 A disciplina como meio do útil.....	34
2. IDENTIFICAÇÃO HISTÉRICA NA ADOLESCÊNCIA	40
2.1 A identificação histórica	43
2.2 Adolescência e sexualidade	50
3. O FURO NO OLHAR: o feminino para além das identificações	63
3.1 Duas modalidades lógicas de gozo.	121
3.2 A tábua da sexuação	125
3.3 O masculino.....	71
3.4 O feminino.....	133
3.5 A dissimetria entre os dois sexos.....	134
3.6 A mancha no olhar institucional.....	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	90

INTRODUÇÃO

O interesse em compreender as especificidades do tempo da adolescência surge da minha experiência profissional.

Em primeiro lugar, do Programa Fica Vivo!, programa de redução de criminalidade violenta, com foco nos jovens de 12 à 24 anos envolvidos com gangues e criminalidade violenta. Neste programa, tive a oportunidade de fazer parte de uma equipe multidisciplinar, trabalhando próximo aos oficinairos, que considero como verdadeiros mestres de uma prática extremamente importante com adolescentes. Lidando cotidianamente com a violência urbana, tanto em suas vidas pessoais como profissionais, os oficinairos me ensinaram, pela via das artes, um modo peculiar de acolher esses jovens, o que acarretou uma mudança na minha perspectiva sobre a educação de adolescentes. Interrogava até então sobre a função da educação escolar para o sujeito adolescente, já que o saber formal não responde às principais questões com as quais o jovem é confrontado no tempo da puberdade.

O trabalho com os jovens frequentadores do Fica Vivo!, ajudou a confirmar meu desejo de investigar acerca da função social da psicanálise junto aos adolescentes. Na perspectiva teórica, a complexidade dessa prática reafirmou o meu interesse pela interlocução da psicanálise com a sociologia e a filosofia. A proximidade dos jovens me ensinou sobre as particularidades do tempo da adolescência, em especial, a função dos grupos e dos relacionamentos amorosos, temas que mobilizam o meu interesse até hoje. Na comunidade onde trabalhei, tive a oportunidade de perceber as especificidades dos grupos de meninas e de meninos, principalmente em relação ao tipo de laço que eles estabelecem dentro dos grupos.

Em segundo lugar, a experiência de trabalho nas medidas socioeducativas de Semiliberdade e Internação mostrou-me os desafios de se trabalhar em uma instituição que tem dois focos de atuação; a segurança e a educação. O trabalho com os jovens na socioeducação mostrou-me os riscos envolvidos na mais delicada das transições, a

adolescência. Com esses jovens, trata-se, por vezes, de um jogo de tudo ou nada. O desdenho dos adolescentes para com essas instituições mascara uma grande angústia de existir e de se inserir na sociedade. Os atos de transgressão cometidos pelos jovens dentro e fora das instituições apontam para os limites das práticas educativas e despertam questionamentos sobre as possibilidades de um trabalho socioeducativo.

O público atendido por essas instituições parece corresponder a certo perfil socioeconômico. A população é formada, em sua maioria, por negros, jovens, pouco escolarizados, ocupando cargos de pouco prestígio social, família monoparental e com uma longa história de violação de direitos civis e fundamentais. A vigilância aparece como aparelho preferencial no controle dessas populações, que serve à sua segregação.

Na medida socioeducativa de internação, pude presenciar, de forma mais clara, as reações das instituições e da sociedade às diferentes formas de manifestação dos adolescentes. As manifestações coletivas são mais facilmente perceptíveis nas instituições de privação de liberdade. O caráter grupal é acentuado dentro destas instituições, pois parece que a restrição de liberdade favorece a produção dos grupos artificiais. Além disso, as manifestações coletivas ganham força política.

Os participantes do Fica Vivo!, embora estejam em liberdade nas comunidades, ficam, muitas vezes, impedidos de sair da rua, do quarteirão ou do bairro onde moram, pois correm o risco de serem mortos por gangues rivais. Nesse caso, a restrição da liberdade se dá por um perigo real. Já na unidade socioeducativa, a restrição territorial ocorre por uma imposição da lei. A restrição da liberdade se dá como forma de sanção, devido ao ato infracional cometido.

Por dois anos ocupei um cargo de gestão no Governo do Estado de Minas Gerais, exercendo a função de diretor de atendimento em uma unidade que executa a medida de

internação¹. Desde que comecei a atuar como gestor, observei uma situação peculiar à unidade feminina em comparação à masculina. Essa situação refere-se à forma de relacionamento entre as jovens, em que predomina uma tendência à constituição de par amoroso. Adolescentes, que anterior ao acautelamento haviam se relacionado somente com jovens do sexo oposto, após o acautelamento iniciam o que elas chamam de um “namoro temporário” com outras adolescentes acauteladas. Namoro que acontece de forma anunciada, ou melhor, declarada. Cada adolescente, logo após ingressar na instituição, inicia um namoro com outra jovem acautelada. Todas as demandas e querelas das jovens que são admitidas naquele lugar giram em torno da vida amorosa na instituição, ao invés do ato que ensejou a medida.

A instituição, por sua vez, centra todos os seus esforços em vigiar e reprimir as manifestações de formação do par-amoroso. De forma curiosa, quanto maior o esforço para eliminar tal fenômeno, maior força ele adquire. As tentativas institucionais para controlar e disciplinar as adolescentes se mostram ineficazes, apontando para um impossível de governar.

Na unidade feminina, as adolescentes adotam, pois, uma posição “homossexual temporária”. A grande maioria relata que a primeira experiência sexual com uma pessoa do mesmo sexo se deu na privação de liberdade, ou seja, naquela instituição. Segundo elas, esse relacionamento só aconteceria naquele espaço, e, após o desligamento da instituição, voltariam a namorar meninos. Quando questionadas sobre a função do namoro naquele espaço, já que elas afirmam ser uma posição temporária, elas respondem: “É pra matar o tempo!”. E assim, cada adolescente é contagiada por esse tipo de vínculo amoroso na instituição, afirmando “*Esse lugar aqui é uma sapataria, uma máquina de fazer sapatão*”.

Em uma unidade masculina podemos observar que os adolescentes também se

1 A medida socioeducativa de internação é uma medida judicial aplicada a adolescentes que cometeram atos infracionais. Segundo o Estatuto da Criança e Adolescente, no artigo 121, “A internação constitui medida de privação de liberdade...”.

relacionam sexualmente entre eles, mas duas diferenças parecem radicais em relação ao fenômeno descrito na unidade feminina: (1) O sexo e o amor entre os jovens do mesmo sexo são visto como um tabu, proibido e repudiado entre os adolescentes (o que mostra a importância do viril para o grupo). O sexo acontece de forma muito velada, e, quando algum desses casos é descoberto, a resposta deste grupo é a violência: “Aqui não é lugar de veado, bicha a gente passa o rato”. (2) O número de relacionamentos entre os jovens do mesmo sexo é muito menor nestas unidades. Na unidade feminina, todas as adolescentes relacionam-se entre si, parecendo ocorrer um contágio deste fenômeno na instituição.

A presença deste instigante fenômeno institucional despertou-me os seguintes questionamentos: O que leva as adolescentes a se relacionarem com outras do mesmo sexo na privação de liberdade? Qual a função da formação de par-amoroso para as adolescentes que estão em cumprimento da medida socioeducativa de internação?

Em pesquisa ao banco de teses da CAPES e no site SCIELO, usando as palavras-chave *socioeducativo*, *privação de liberdade*, *feminino* e *par amoroso*, encontrei cinquenta e cinco pesquisas. Estas, em sua maioria, discutem as práticas e as metodologias aplicadas na execução da medida socioeducativa de internação. Entre as pesquisas encontradas, somente três abordavam as experiências nas unidades socioeducativas femininas, e apenas duas tinham como objeto de pesquisa a sexualidade adolescente durante a internação. Destas últimas, uma investiga o relacionamento amoroso dos adolescentes privados de liberdade e a perpetuação desses vínculos ao longo do cumprimento da medida de internação. A outra pesquisa aborda o exercício da sexualidade dos adolescentes em cumprimento de internação, a execução da política de visita íntima e seus efeitos no cumprimento da medida.

De acordo com esse levantamento, realizado no dia 20/07/2012, não existem estudos voltados para a formação de par amoroso nas medidas socioeducativas. Apesar da insuficiência de material publicado sobre a sexualidade das adolescentes em cumprimento

dessa medida, há um grande interesse pelo tema da “homossexualidade temporária” nas unidades socioeducativas femininas.

Ao longo do primeiro ano de mestrado construí um caderno de anotações, com o objetivo de resgatar trechos da minha vivência institucional sobre a formação de par-amoroso entre as adolescentes. Nesse arquivo, que contém trechos da minha vivência institucional, procurei resgatar as frases, histórias e, principalmente, parte da cultura institucional. As anotações guardadas, as conversas com os funcionários e as lembranças que emergiram da minha experiência profissional, foram importantes instrumentos para reforçar o meu interesse pela investigação teórica. Como instrumento metodológico, utilizo a revisão bibliográfica da literatura psicanalítica sobre os temas do feminino, identificação (em Freud) e o olhar (em Lacan).

A escolha da teoria psicanalítica como instrumento para a análise tem seu fundamento na ética da psicanálise. Segundo Pinto (2008), diferentemente do discurso da ciência que exclui a dimensão subjetiva, a psicanálise, apoiada no discurso da ciência, inclui o que há de mais singular em cada sujeito.

O aporte teórico da psicanálise pode nos ajudar a investigar sobre a economia psíquica dos sujeitos e suas manifestações no campo social. Ao fazer a pergunta sobre a função da formação de par-amoroso para as adolescentes internadas, através da teoria psicanalítica, consideramos, nesse fenômeno, a dimensão subjetiva, apesar do contexto coletivo de sua manifestação. No entanto, a impossibilidade de atender as jovens através da clínica psicanalítica, nesta instituição, não permitiu uma orientação em direção ao singular.

O interesse desta pesquisa de mestrado é explorar, através de uma perspectiva psicanalítica, a função da formação de par amoroso para as adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação. Estas adolescentes, após receberem tal medida, assumem uma prática “homossexual temporária”.

As leituras realizadas no mestrado permitiram a elaboração de três hipóteses principais:

- A formação de par amoroso seria o efeito de uma identificação histórica, em resposta ao encontro com o feminino no tempo da puberdade;
- A construção deste namoro temporário seria uma estratégia-resposta às tentativas de regulação feitas pela instituição, como uma forma de resistência ao controle institucional, diante da vigilância intermitente que pretende restringir a liberdade através da disciplina e controle do tempo;
- As manifestações sexuais das jovens, claramente dirigidas ao olhar daqueles que as controlam, seriam uma forma de fazer furo nesse olhar, apontando para um gozo que não pode ser regulado pelas normas institucionais.

Em primeiro lugar, relacionamos a estrutura e o funcionamento das unidades socioeducativas de internação de Minas Gerais, com seu sistema de vigilância contínua, segundo o modelo do panóptico de Bentham. Em segundo lugar, apresentamos a hipótese de que a formação do par amoroso entre as meninas pode ser pensada como sendo da ordem de uma identificação histórica diante do enigma sobre "o que é uma mulher?" que surge no tempo da adolescência.

O tema da homossexualidade feminina foi bastante abordado por diversos psicanalistas, desde as formulações teóricas iniciais sobre o tema, elaboradas pelo pai da psicanálise, Sigmund Freud. Em alguns textos de sua obra, principalmente em "Três ensaios sobre a teoria da sexualidade" (1905/1997), o autor aborda a questão da inversão da escolha de objeto sexual. Freud investiga as escolhas objetais femininas e os seus impasses, formulando que a menina apresenta uma pré-disposição à inversão de objeto em sua constituição enquanto mulher. O Complexo de Édipo e a castração feminina serão aprofundados nos textos "Sexualidade Feminina" (1931/1980d) e "Feminilidade"

(1932/1980c), em que serão apontados os impasses na escolha do objeto na infância e discutidas as escolhas objetais. Tais elaborações teóricas permitem levantar a hipótese de que a constituição de par amoroso é uma tentativa das adolescentes acauteladas de responder à questão sobre o que é tornar-se uma mulher.

Lacan avança nas discussões sobre o feminino, para além do domínio fálico. Com o apoio do seu texto, "O Aturdido" (1972) e do Seminário livro 20, *Mais ainda*, recorreremos às suas elaborações sobre a partilha sexual, para refletirmos sobre o gozo feminino.

Esta leitura nos levou à formulação de uma terceira hipótese. Tendo em vista que o regimento único, que regula as instituições, foi criado e pensado a partir de um modelo centrado na população masculina, consideramos que as adolescentes, com os seus comportamentos de transgressão, buscam fazer furo na instituição, quebrar as normas institucionais, apontando para algo que não pode ser "controlado" e que escapa à norma fálica, ou seja, um gozo não regulado pelo significante.

1. INSTITUIÇÃO PANÓPTICA: com quantas regras se faz uma imitação de Deus?

Por dois anos ocupei um cargo de gestão no Governo do Estado de Minas Gerais, exercendo a função de Diretor de Atendimento em uma unidade que executa a medida de internação. Desde que comecei a atuar como gestor da unidade, observei uma situação peculiar à unidade feminina, em comparação à masculina, quanto a forma de relacionamento entre as jovens; há uma tendência à constituição de pares amorosos entre elas. As adolescentes, em sua maioria, antes do acautelamento haviam se relacionado somente com jovens do sexo oposto e, após o acautelamento, iniciam o que chamam de um “namoro temporário” com outras adolescentes acauteladas. Tal namoro acontece de forma anunciada, declarada, e de maneira generalizada. As adolescentes são admitidas naquele lugar de forma obrigatória, para o cumprimento da medida socioeducativa, em resposta ao ato infracional praticado. Todas as demandas e querelas das jovens que chegam à instituição passam a girar em torno de suas vidas amorosas, ao invés de centrarem no ato que ensejou tal medida. Da mesma forma, os esforços institucionais passam a centrarem-se prioritariamente no intuito de suprimir tal fenômeno.

Assim, na unidade feminina, muitas adolescentes adotam uma posição “homossexual temporária”. A grande maioria relata que a primeira experiência sexual com pessoas do mesmo sexo se deu na privação de liberdade. Segundo elas, essa relação só aconteceria naquele espaço e voltariam a namorar meninos após o desligamento da instituição. Quando perguntadas sobre a função do namoro, já que elas dizem declaradamente ser uma posição temporária naquele espaço - "enquanto a medida passa" -, elas respondem: “É pra matar o tempo!”. E assim, com essa resposta standard, as adolescentes, uma a uma, vão sendo contagiadas por esse vínculo amoroso, dando lugar a outras frases que dizem do funcionamento do grupo na instituição: “Esse lugar aqui é uma sapataria, uma máquina de fazer sapatão”.

Em uma unidade masculina pode-se observar que os adolescentes também se relacionam sexualmente entre eles, mas duas diferenças parecem radicais em relação ao fenômeno descrito na unidade feminina: (1) O sexo e o amor entre os jovens do sexo masculino são vistos como um tabu, proibido e repudiado entre os adolescentes (o que mostra a importância do semblante viril para o grupo). A prática sexual entre eles acontece de forma muito velada, e quando algum desses casos é descoberto, a resposta deste grupo é a violência. “Aqui não é lugar de veado, bicha a gente passa o rato”. (2) O número de relacionamentos

entre jovens do mesmo sexo é muito menor nestas unidades. Enquanto se observa somente alguns casos como estes na unidade masculina, na unidade feminina, a grande maioria das adolescentes diz manter um namoro com outra na instituição, parecendo ocorrer um contágio desse fenômeno.

Relacionamos a estrutura e o funcionamento das unidades socioeducativas de internação de Minas Gerais com seu sistema de vigilância contínua, segundo o modelo do panóptico de Bentham (1996). Defendemos a hipótese de que o regimento único, que regula as instituições, foi criado e pensado a partir de um modelo centrado na população masculina, e que as adolescentes, com os seus comportamentos de transgressão, buscam “fazer furo” na instituição, quebrar as normas institucionais, apontando para algo que não pode ser “controlado” e que escapa à norma fálica, ou seja, um gozo não regulado pelo significante.

Essa primeira parte da dissertação será dedicada a uma descrição da instituição abordada neste trabalho. É importante ressaltar que as considerações tecidas a respeito desse acontecimento institucional dizem respeito ao relato de minha experiência de trabalho enquanto Diretor de Atendimento nesta instituição. Portanto, a partir de um testemunho, pretendo pensar este fenômeno utilizando os pressupostos teóricos psicanalíticos, para além do conhecimento tácito, em relação à sexualidade, bem como à vida de grupo. As correntes de orientação utilitarista, tão difundidas no século XVII e XVIII, alocam todo comportamento humano em uma perspectiva racional, controlando os corpos e as manifestações da singularidade a serviço do útil, para fazer das populações máquinas potentes e servis.

Portanto, tais considerações, a princípio, se aplicam exclusivamente a esta instituição, única no Estado que executa a medida socioeducativa de Internação, medida sancionatória prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ela atende adolescentes do sexo feminino que cometeram ato infracional e estão restritas de liberdade, que é um dos principais equipamentos das políticas de segurança pública alocadas na Secretaria de Defesa Social. As configurações abordadas neste trabalho referem-se ao período do meu testemunho, e são consideradas como um fenômeno que convoca o olhar, colocando em questão a tentativa institucional de fazer a relação sexual existir através do poder disciplinar e das técnicas de controle.

Para tal tarefa, pretendemos inicialmente, adotar como método de análise a descrição da instituição em três passos: primeiramente, assim como Jacques Alain Miller no livro “Jeremy Bentham” (1996), faremos uma descrição da estrutura física da instituição. Em seguida, refletiremos sobre as regras e normas de funcionamento institucional e, por último,

apresentaremos a rotina institucional e os indivíduos que povoam essa instituição: agentes socioeducativos, adolescentes, equipe técnica-pedagógica e direção.

As discussões realizadas neste capítulo têm como objetivo principal refletir sobre a forma como o Outro Institucional se apresenta para as jovens, além das respostas que elas constroem para lidar com o controle institucional. Buscaremos destacar, nestas respostas, o seu caráter político, como atos de resistência e liberdade, e o seu caráter subjetivo, como tentativas de instauração de um espaço íntimo.

1.1 A Estrutura

A instituição é regida pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Ela foi construída há 13 anos com o intuito de executar a medida socioeducativa de internação e de internação provisória. Ela recebe somente adolescentes do sexo feminino e tem capacidade para 45 pessoas. Diferente de outras unidades socioeducativas, em que os prédios já haviam sido utilizados para diferentes atividades, como um complexo penitenciário, este foi esquadrihado para ser o local de privação da liberdade dessas adolescentes. Até então, não existia um espaço institucional com essa finalidade para o público feminino. As mudanças nas políticas socioeducativas, bem como sanitárias e educacionais, fizeram com que o prédio da instituição fosse modificado. A demanda escolar talvez seja o maior dos exemplos, pois com o crescente número de adolescentes nas medidas socioeducativas, grande parte dos espaços dedicados aos adolescentes foi convertido em salas de aula, devido às exigências de uma frequência regular do grupo total das adolescentes. O que fazer quando os jovens endereçam suas questões relativas à sexualidade e à vida afetiva à instituição? Essas questões, tão presentes e importantes no período da adolescência, causam desconforto e embaraço nos funcionários e coordenadores da instituição.

O complexo institucional é dividido basicamente em dois espaços, um reservado exclusivamente à equipe administrativa, e outro à área de segurança, destinada prioritariamente às adolescentes e aos agentes de segurança. Toda a unidade é cercada por muros muito altos, com concertina (um tipo de arame farpado) em seu topo. A instituição se localiza em uma região central da capital mineira, uma área residencial, e tem como vizinhos escolas de ensino fundamental, escolas técnicas, parques naturais e até mesmo um museu, além de residências habitadas por pessoas comuns que muitas vezes desconhecem o que acontece dentro da instituição.

A parte estrutural da área administrativa muito se assemelha a qualquer outro escritório. O local poderia abrigar desde uma empresa que comercializa papel a uma corretora de ações na bolsa ou seguros. O complexo administrativo visa dar lugar àqueles que se ocupam da gestão dos que ali trabalham ou cumprem medida socioeducativa, tais como psicólogos, assistentes sociais, professores, técnicos administrativos e direção geral e de atendimento. Vista de frente, a entrada da instituição em nada parece indicar a diferença para uma empresa ou escola, a não ser o letreiro que contém o nome da instituição.

A área de segurança ocupa cerca de dois terços de todo o espaço, e neste local encontram-se a equipe e a direção de segurança, além das adolescentes. O prédio é composto por dois andares, no primeiro, estão localizados a biblioteca, o refeitório, o pátio desportivo, as salas de oficina e uma sala de televisão. No segundo andar, estão as salas dos agentes socioeducativos e a direção de segurança, outra sala de televisão e os alojamentos. São 13 alojamentos localizados em um corredor, um em frente ao outro. Ao fim do corredor, outra sala de televisão. Os alojamentos da frente são reservados às adolescentes que aguardam provisoriamente julgamento, e três alojamentos individuais – também chamados de “isolado” pelas adolescentes – direcionados às adolescentes reclusas temporariamente por motivo de sanção. O alojamento individual tem aproximadamente cinco metros quadrados, e possui uma cama, um chuveiro e um vaso sanitário. A vista destes alojamentos individuais só é possível se nos colocarmos à sua frente, pois existe uma parede com uma porta separando-os do resto do ambiente, de modo que as outras adolescentes não entram em contato com aquelas que estão reclusas nestes alojamentos. Devido à dificuldade de visualização destes, existe um agente quase que em tempo integral nesse ambiente, considerado como um espaço de grande risco de autoextermínio. Duas jovens já se suicidaram por enforcamento nestes alojamentos. O isolamento é algo muito temido pelas adolescentes. Curiosamente, as duas mortes foram no mesmo alojamento, o que resultou em uma vigilância contínua para evitar novas ocorrências. No entanto, a vigilância não impede uma série de atuações por parte das jovens, que simulam enforcamento para serem retiradas deste local. Estes alojamentos isolados serão abordados novamente à frente, pois comportam uma série de mitos compartilhados entre adolescentes e funcionários.

Os outros alojamentos são reservados às adolescentes que estão em cumprimento de medida de internação, cujo tempo de permanência na instituição pode variar de seis meses a três anos. As adolescentes em cumprimento da medida de internação são divididas nos alojamentos de acordo com a orientação da diretoria e da coordenação de segurança.

Normalmente é feita uma criteriosa divisão das jovens em grupos pela Diretora de Segurança, visando separar os grupos que exercem liderança e as adolescentes que questionam as normas institucionais. Além disso, os pares de namoradas não ficam no mesmo alojamento. A justificativa dada pela segurança é que as jovens podem fazer sexo quando alguém não estiver vigiando. No entanto, se não é possível com a “namorada”, a prática sexual ocorre entre as jovens do mesmo alojamento.

A princípio não existe nenhum tipo de divisão de grupos em relação ao ato infracional cometido, nem mesmo em relação à idade. Isso porque, nos marcos regulatórios institucionais, não há uma obrigatoriedade na divisão dos grupos por idade ou ato infracional. Existe somente uma indicação para tal divisão, mas um ponto de consenso em todas unidades socioeducativas, e que não está escrito em nenhum manual institucional, é que adolescentes que mantêm qualquer tipo de relacionamento sexual devem ser separados. Na maioria das vezes, as adolescentes não participam de tal discussão, elas não são escutadas a respeito da separação dos grupos bem como outras questões relacionadas ao convívio. Com relação às regras institucionais, é preciso fazer uma breve reflexão para que se possa compreender como os documentos regulatórios visam domar todo o espaço físico, para induzir nos moradores da instituição certo tipo de conduta, visando torná-los aptos a uma “moral civilizada”.

1.2 Normas e regras

Como abordamos acima, os prédios desta instituição, apesar de serem construídos para fins específicos, poderiam servir a outros usos. O mesmo ocorre com as regras de funcionamento institucionais, que também poderiam ser aplicadas a outras instituições, tais como uma escola ou uma fábrica. A ideia é a de que a normatização de cada um desses locais – ou melhor, a homogeneização dos usos do espaço e do tempo – deva produzir efeitos, ou produtos, adequados a seu fim, ao ideal de produção, e para que se possa calcular e prever os resultados obtidos com o trabalho.

Os documentos oficiais que regem uma instituição socioeducativa são: o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), o POP (Procedimento Operacional Padrão), o Regimento Interno Único e o PPP (Projeto Político-Pedagógico). Cada instituição socioeducativa tem como instrumento de regulação de convivência um regimento interno, que há cerca de dois anos se tornou único para todas as unidades. Essa medida surgiu em vista da grande discrepância existente entre as sanções e os seus usos pelas unidades socioeducativas.

Esta discrepância não é conveniente no nível de gestão, ou na perspectiva de uma ética utilitarista, uma vez que a variável não pode ser controlada ou prevista. Visando a gestão dos resultados, além do controle dos excessos e faltas, houve uma homogeneização dessas regras. Antes, as unidades masculina e feminina tinham maior liberdade na criação de regras, de acordo com a realidade de cada instituição. Atualmente, as regras e sanções são únicas, somente a rotina institucional varia.

Esse regimento contém também os direitos e deveres dos adolescentes, e define o quanto de liberdade resta dentro da internação, quais as possibilidades de circulação das jovens e sobre quais circunstâncias. Além destes documentos – que são únicos para todo o sistema socioeducativo – existe um documento que diz das especificidades da rotina institucional de cada unidade, que irá registrar como cada instituição se organiza em relação a toda movimentação dos adolescentes nas diversas atividades de rotina, desde cursos, escola, até os horários de almoço e de dormir. Este documento tem validação da SUASE (Subsecretaria de Atendimento as Medidas Socioeducativas), que, eventualmente, pode questionar algum item dessa rotina, caso esteja em dissonância com os documentos que regem o funcionamento institucional, como o ECA, o Regimento Único, etc. Esses marcos regulatórios tentam abrigar grande parte das questões corriqueiras do dia a dia institucional e estão presentes na execução da medida socioeducativa. De certa forma, tentam homogeneizar os direitos e as sanções. Mesmo que o discurso comum seja o de defesa de uma medida socioeducativa individual, isto é, única para cada adolescente, é inegável que as medidas de privação de liberdade, em especial, a internação, envolvam questões de grupo, de convivência institucional, e que, portanto, acabam por justificar a imposição de uma legislação que regule as relações.

Mas, de forma inesperada, os corpos e as contingências insistem em se apresentar para além da fôrma institucional, do cálculo previsto, como é o caso das regras que vão legislar sobre o convívio institucional que não preveem nenhuma sanção para o contato sexual ou afetivo entre os adolescentes.

O único artigo que prevê sanção para a prática do ato sexual está definido quando esse é feito sem consentimento por uma das partes, caracterizando-se, assim, como violência, sendo passível a aplicação dos artigos previstos no ECA, dos procedimentos legais cabíveis (corpo de delito, encaminhamento de relatório para as autoridades judiciais responsáveis, etc.), bem como das sanções institucionais. O ECA recomenda que as unidades devam separar os adolescentes por sexo, idade e ato infracional, mas não o determina. Em relação à

separação por sexo, não foi possível encontrar nenhuma justificativa para ela. A separação entre homens e mulheres feita nas instituições sugere a intenção de se prevenir contra a aproximação entre os sexos, ou contra as diversas manifestações e interesses sexuais próprios dessa fase da vida. De forma curiosa, o que observamos nas unidades socioeducativas é que, mesmo existindo recomendações para que esse assunto seja discutido com os jovens, alegando motivos de saúde, como a distribuição de camisinhas e pílulas anticoncepcionais, torna-se um impasse para a equipe institucional abordar os jovens em relação à sexualidade. Diante deste impasse, repete-se um fazer institucional próprio dos mecanismos de controle das políticas públicas de segurança, ou seja, a repressão seletiva, que escolhe repetidamente as mesmas populações a serem controladas, e delas se faz a gestão dos costumes e corpos. Se não existem meninos, que seja com as meninas, em uma lógica única, em que não cabe a diferença, a exceção. Mas, o imprevisível comparece, deixando o cálculo institucional “manco”.

O que buscamos refletir neste capítulo é a forma como se faz o controle da liberdade nesta instituição, ou melhor, conhecer os dispositivos institucionais que visam enquadrar ou anular o privado, a serviço do público. Visamos ressaltar, entretanto, a maneira como cada sujeito irá responder a esse controle institucional.

1.3 Rotina institucional

Em uma unidade socioeducativa, para além das regras e normas, existe uma rotina institucional que visa à docilidade dos corpos que precisam ser “domesticados”, controlados. Acredita-se que a privação de liberdade leva à responsabilização de cada jovem pelo ato infracional cometido. É através das regras e normas que essa rotina institucional encontra seu ancoramento. A não sujeição a essa rotina acarreta em sanções, tanto para os funcionários quanto para as adolescentes. A sua finalidade é alcançar um ideal de reabilitação e romper com a prática de atos infracionais, ligando-se a uma vida para a educação formal, o trabalho e a família, os três eixos orientadores de todas as medidas socioeducativas. Os documentos oficiais descrevem um processo educativo que abrange desde os cuidados com o corpo (com a higiene, que também podem ser lidas como controle da sexualidade), bem como a educação formal, aquela na qual é abordado o currículo escolar. Contudo, é sabido que existe, para além do currículo formal, uma moral incluída nessa educação. Esta é transmitida por aquelas que o executam, que não são simplesmente agentes daquela política pública de segurança.

A grande maioria dos funcionários administrativos da unidade socioeducativa – isso inclui a equipe técnica – tem uma jornada de trabalho de quarenta horas semanais, sendo oito horas diárias, com exceção da equipe de saúde, que segue o mesmo horário dos agentes socioeducativos, ou seja, uma escala de 12 horas por 36 horas de descanso. Ao todo, são quatro equipes de agentes socioeducativos: duas equipes noturnas e duas equipes diurnas. A diretoria se subdivide em Diretoria Geral, Diretoria de Segurança e Diretoria de Atendimento, que cumpre regime de 40 horas semanais. Contudo, há um acordo com o Estado de que os diretores devem estar sempre “à disposição”, quando forem chamados. Há um acordo formalizado de que a qualquer momento, qualquer um dos funcionários que lida diretamente com os adolescentes, principalmente os agentes socioeducativos, pode ser convocado, caso aconteça uma urgência ou a segurança da unidade seja ameaçada. Assim, manter o bom andamento do plantão é um imperativo. Essas convocações dos funcionários que visam garantir “o bom andamento do plantão” acarretam um acúmulo de horas extras de trabalho.

Ao escutar mais detidamente os agentes nas reuniões, descobre-se que o “bom andamento” se refere ao silêncio das adolescentes na instituição. Uma queixa recorrente dos agentes é sobre a gritaria das adolescentes. De acordo com a fala dos agentes, as jovens falam o tempo todo, “É enlouquecedor”. Diante disso, a Direção de Segurança estabeleceu um rodízio de agentes socioeducativos no corredor dos alojamentos. Percebe-se que, quanto maior o tempo de exposição dos agentes ao corredor que dá acesso aos alojamentos, mais irritados e ríspidos eles se tornam durante o plantão, e, conseqüentemente, maior o número de conflitos entre agentes e adolescentes, e maior o número de sanções e contenções. Responsáveis por vigiar/atender as adolescentes que estão ali restritas nos alojamentos, os agentes escalados para o corredor ficam muito próximos das adolescentes, que, por sua vez, dirigem-lhes demandas de todo tipo, desde um atendimento técnico até a de serem conduzidas ao consultório de enfermagem.

Uma prática recorrente das adolescentes é a de se comunicarem gritando, pelas janelas e grades, para divulgarem informações sobre os acontecimentos ocorridos dentro dos alojamentos. O assunto preferido entre elas é sobre as suas querelas amorosas. Segundo os agentes socioeducativos, a maior parte das ocorrências e contenções é decorrente de brigas entre adolescentes, que geralmente estão relacionadas aos relacionamentos amorosos. Assim, os agentes tentam ao máximo, principalmente através da vigilância, inibir essa prática, até censurando as cartas que as adolescentes trocam entre si. Nada disso é suficiente para interromper a epidemia de paixão entre as adolescentes. Esta acabou por constituir-se em uma

das maiores demandas dos agentes socioeducativos dirigidas à equipe técnica e à diretoria, a de se criar medidas para a solução desse problema, uma vez que as técnicas utilizadas pela equipe de segurança são insuficientes para produzir o efeito disciplinar esperado.

Após a troca de plantões, inicia-se o dia das adolescentes: às 7:15 elas podem tomar banho, depois, o café da manhã; e às 7:30 iniciam-se as aulas, que duram 4 horas com intervalo de 30 minutos para o lanche. Neste horário, elas se concentram no pátio da instituição. O período escolar acontece na parte da manhã para as alunas de sexto ano do ensino fundamental até terceiro ano do ensino médio, e na parte da tarde para alunas do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental. No horário do almoço, existe uma cultura do silêncio estabelecida pela instituição, ou seja, as adolescentes são recriminadas por conversar nesse horário. Consideram que esse momento é “sagrado”, pois é o horário em que os funcionários almoçam. Após o almoço e até às 14:00, as adolescentes geralmente dormem, até iniciarem as oficinas, para aquelas que estudam no período da manhã. A partir das 17:00, as adolescentes estão autorizadas a subir para os alojamentos ou a permanecer no pátio até às 18:00, a nova troca de plantão. O contra turno escolar é utilizado como o horário para os atendimentos da equipe técnica.

No plantão noturno há uma divisão dos grupos de adolescentes em dois, que se alterna nas oficinas, devido ao quadro reduzido de funcionários à noite. A cada dia, metade das adolescentes participa das oficinas e a outra não. Com exceção das “adolescentes provisórias”, todas as são obrigadas a participar das oficinas, e recebem sanções caso não participem das programações da unidade. Muitas vezes elas participam de oficinas que não lhe despertam nenhum desejo, o que acarreta, por vezes, conflitos entre agentes, auxiliares educacionais e adolescentes. O ócio não só é desencorajado pela equipe, como também impedido, seja no atendimento, na oficina ou em qualquer outra atividade. As adolescentes devem estar a trabalho, ocupadas, em “processo de responsabilização”.

As oficinas são voltadas para o que se pode chamar de público feminino, ou seja, para atividades que popularmente são executadas pelas mulheres, como: macramê, crochê, oficina de salão, oficina de cartas, oficina culinária, oficina de bordado, vôlei, pintura de tecido, oficina de dança, oficina de tapete de fuxico, etc. Assim, busca-se enquadrar as adolescentes nas atividades tradicionalmente reconhecidas como femininas na nossa cultura. No entanto, as adolescentes que chegam à instituição, na maioria das vezes, não se enquadram nessa categoria. Elas estão mais próximas das noções sociais tradicionalmente reconhecidas como masculinas. Se as representações sociais de feminilidade estão vinculadas à passividade,

docilidade e inibição da agressividade, por outro lado, as representações tradicionalmente vinculadas à masculinidade estão associadas à força, à virilidade e à agressividade. Conclui-se que os equipamentos institucionais encarregam-se de encaixar as mulheres em uma suposta “identidade feminina” tradicional. Essas oficinas não têm como objetivo principal a profissionalização das jovens, mas sim possibilitar o seu contato com outras atividades, que provavelmente elas não tiveram acesso quando estavam em liberdade, e, fundamentalmente, ofertar atividades socialmente aceitas que possam despertar o desejo das jovens, para além dos atos delituosos. Às avessas, o lugar da oficina – instaurado através dos documentos oficiais como um espaço de liberdade na “restrição de liberdade” – se presentifica como um espaço de vigilância e silenciamento, pois a cultura do controle continua naquele espaço. O silêncio é exigido pelos auxiliares educacionais e pelos próprios adolescentes. Apesar de não haver nenhuma recomendação nos documentos regimentais da instituição a respeito do silêncio nas oficinas, ele é um bem valorizado por aqueles que encarnam o Outro institucional. Dentro desta perspectiva, a palavra é considerada um impedimento para o controle dos movimentos e dos corpos.

Existe ainda a possibilidade de as adolescentes venderem os produtos produzidos nas oficinas. Esta é, em muitos casos, a única fonte de renda a qual essas jovens têm acesso. O dinheiro obtido através da venda dos produtos é usado na compra de produtos de higiene pessoal, como desodorante, shampoo, batom, além de doces. O espaço das oficinas que deveria abrigar o bem dizer, as conversas e as curiosidades típicas da adolescência, transformou-se em espaço de produção de objetos, sob uma lógica utilitarista, que privilegia a produção em detrimento da palavra. Ao contrário do que se pensa popularmente em relação às medidas de internação, pelo menos no que se refere ao estado de Minas Gerais, os adolescentes (homens e mulheres) ficam muito pouco tempo ociosos, como podemos perceber. Trata-se de uma rotina intensa e controlada. As adolescentes devem estar ligadas a alguma atividade a todo momento, mesmo que seja apenas assistir televisão. Logo, apresentaremos uma reflexão sobre esse controle do tempo pela instituição, relacionando-o com o poder disciplinar.

Os atendimentos da equipe técnica podem ser realizados de 7:00 às 19:00 e sempre no contra turno escolar. Nesses atendimentos, as jovens têm espaço livre para dizer das suas querelas amorosas. Percebemos que, a partir do acolhimento do modo particular com que cada uma delas se posicionava diante de suas questões amorosas, algo sobre o ato infracional surgia.

Destaca-se o modo particular de cada adolescente para lidar com as contingências surgidas na restrição de liberdade. A visita domiciliar também é um tema abordado nos atendimentos técnicos. As jovens confessam que – quando saem em liberdade – não se sentem à vontade, alguma coisa da instituição fica em seus hábitos e comportamentos, há uma estranheza no encontro com a liberdade. Algumas jovens relatam que esquecem-se de que as regras institucionais não são as mesmas de suas casas, onde não necessitavam de permissão para tomar banho, cortar cabelo ou assistir televisão. Assim, denunciam a internalização das regras institucionais em suas ações corriqueiras. O controle operado pela instituição atinge as jovens em suas vidas de uma maneira geral, para além dos muros institucionais. No entanto, como veremos, algo escapa à tentativa institucional de barrar o excesso pulsional pela via da vigilância e do controle.

Nas unidades masculinas, o dia de visita, que ocorre sempre às terças-feiras, é o dia mais esperado pelos adolescentes. A família pode passar um período de 3 horas com os jovens e trazer muitos itens de higiene pessoal e comida o que se torna muitas vezes um impasse: como lidar com o excesso que essa família traz? Na unidade feminina, apesar de existir essa opção, o que observamos é o contrário. As jovens raramente recebem visitas. Nos dias destinados à visita elas normalmente ficam ociosas no pátio ou participam de alguma oficina. Na grande maioria das unidades socioeducativas, toda a equipe se mobiliza em torno da visita, para privilegiar aquele momento em que a família está mais próxima da instituição e para tentar incluir a família no processo de responsabilização de seu filho. Na unidade feminina, como mencionado, o dia de visita é um dia comum, poucas jovens recebem visitas, o pouco contato familiar que as jovens têm acesso é feito através das ligações telefônicas. Assim, se na unidade masculina o que se apresenta é um excesso de presença e atenção por parte das famílias, em particular das mães; na unidade feminina, ao contrário, o que podemos perceber é o abandono, a inexistência de um Outro familiar desejante que demonstre interesse e cuidado com as jovens. Esse desinteresse das famílias leva a uma posição equivocada de alguns funcionários, que tentam reconstituir uma família “ideal”, que nunca existiu, para as adolescentes.

1.4 Para além da rotina institucional

No início de seu funcionamento, havia uma série de expectativas com relação a essa unidade. A instituição é conhecida pela rede socioeducativa por manter uma série de

diferenciais em relação às unidades masculinas, entre eles, a maioria dos funcionários é do sexo feminino, há uma rígida limpeza e organização do espaço. Além do fato de as jovens serem responsáveis, em grande parte, por essa limpeza, muitos funcionários trabalham na instituição desde a sua inauguração. Destacam-se os vários caracteres que tentam marcar a especificidade do público atendido: o feminino, como as temáticas das oficinas educacionais, a cor da instituição, etc. Existem ainda vários objetos que apontam para a influência das religiões de origem cristã – vários estandartes e imagens de santos e oratórios –, espalhados pela instituição. O que sabemos, desde Freud, é que a moral cristã sempre impôs algum tipo de controle sobre as manifestações da subjetividade e, em especial, sobre a sexualidade.

Esta é a única unidade na qual as adolescentes ainda resistem em abandonar o uso de uniformes. O uniforme institucional é composto por uma camisa branca e uma calça de moletom ou bermuda azul com as iniciais SUASE. Os uniformes são exatamente iguais ao do sistema prisional, diferenciados apenas pela cor vermelha. Diante de uma grande demanda dos adolescentes do sistema socioeducativo para não usar o uniforme institucional, a SUASE determinou que o uso de uniformes deixava de ser obrigatório e passava a ser opcional nas unidades socioeducativas, desde que as vestimentas respeitassem o código estabelecido por cada instituição. Curiosamente, ao apresentar tal possibilidade para as adolescentes, muitas não viram nenhum benefício em tal troca, e diziam: “Se for pra usar essas roupas de freira que vocês querem, prefiro o uniforme”.

Com relação ao dia do uso do salão de beleza, talvez esse seja um dos dias mais aguardados pelas jovens na instituição – uma vez que as adolescentes quase não recebem visitas. O corte de cabelo também entra no código de vestimenta institucional e, por isso, os cortes masculinizados são “evitados”. Existe uma cultura institucional compartilhada pelos agentes socioeducativos que o uso de roupas masculinas e o corte de cabelo masculino incentivavam a homossexualidade entre as adolescentes, sendo assim, eles não eram estimulados pelos agentes socioeducativos. É preciso sublinhar que não existia nenhum parâmetro que sustentava tal prática, contudo, isso fazia parte de uma cultura institucional. Curiosamente, essa restrição institucional em relação aos cortes de cabelo se refletia em sanções disciplinares, pois as adolescentes usavam de vários meios para customizar os cortes de cabelo nos alojamentos, usando o aparelho de barbear para retalhar sobrancelhas e cabelos, o que acarretava em sanções disciplinares, que normalmente correspondiam à perda do dia de salão por um mês.

As adolescentes demandavam frequentemente os atendimentos da equipe técnica, o

oposto das unidades masculinas, onde existe uma grande resistência dos adolescentes em aderirem aos atendimentos da equipe técnica. Enquanto que nas unidades masculinas um dos grandes desafios é buscar conectar os adolescentes à instituição, na unidade feminina trata-se do oposto, de promover uma separação entre a instituição e as adolescentes, que até mesmo chegam a cometer atos infracionais para retornar à instituição.

Ao assumir o cargo de diretor de atendimento na instituição, várias destas diferenciações entre as unidades masculina e feminina chamavam minha atenção, principalmente com relação ao manejo institucional diante das especificidades colocadas pelas adolescentes. Os impasses e as soluções criadas no convívio entre as adolescentes e a instituição, despertaram o meu interesse pelas questões que envolvem o feminino. Tendo em vista o caráter obscuro e enigmático do feminino, que aponta para o impossível de dizer, questiono as estratégias utilizadas pela instituição para tentar conter, nomear ou dizer o sobre esse inominável, que é o sexo feminino.

O prédio no qual funciona a unidade feminina, que é todo pintado de cor de rosa, recebe-se adolescentes de todo o Estado. Isso implica em conferir uma série de diferenças econômicas e culturais, que estão implicadas nas políticas de educação e saúde públicas, bem como os desafios na garantia de direitos fundamentais para o exercício da cidadania, quase metade das adolescentes são oriundas do interior de Minas Gerais.

É sabido que instituições de segurança pública encontram grandes impasses quando os aspectos da sexualidade atravessam a rotina institucional, como em uma escola. O que se verifica diante desses fenômenos é a paralisia e a perplexidade. Assim, o fenômeno mais instigante para todos aqueles que conhecem a rotina institucional dessa unidade feminina é o fato de as adolescentes, ao entrarem para o grupo das internas, iniciarem uma relação amorosa com outra. Destaca-se, ainda, o fato desse fenômeno acontecer de forma generalizada, com a grande maioria das adolescentes que ali estão, como uma espécie de epidemia. Apesar das estratégias de segurança para reprimir tal comportamento, que causa tanta inquietação na unidade socioeducativa, a maquinaria de vigilância parece, de certa forma, induzir aquilo que almeja extirpar.

A formação de par amoroso entre as jovens constituiu-se, portanto, em um dos maiores problemas da unidade feminina, convertendo-se no meu objeto de pesquisa, que me fez entrar para o mestrado. As leituras realizadas no mestrado e as indicações da banca de qualificação me ajudaram a definir um percurso teórico de investigação.

Para investigar o que está na origem de tal fenômeno, nos pautamos em alguns

conceitos de Bentham, Foucault, Freud e Lacan, que nos possibilita fazer uma articulação entre a subjetividade e o campo institucional. Para iniciar tal discussão, apresentaremos uma reflexão sobre o funcionamento institucional a partir de algumas contribuições de Bentham, Foucault e Lacan, além de alguns de seus comentadores, relacionando-as com a unidade socioeducativa.

1.5 A Máquina Óptica de Bentham e a Unidade Socioeducativa

O Panóptico não é uma prisão. É um princípio geral de construção, o dispositivo polivalente da vigilância, a máquina óptica universal das concentrações humanas. (MILLER, 2008, p. 89).

O criador do Panóptico, Jeremy Bentham, idealizou uma estrutura de vigilância contínua, aplicável, segundo ele, a qualquer instituição onde se busca a máxima eficiência com menor custo. Foucault (1999), em “Vigiar e Punir”, indica Bentham com um dos pensadores do direito penal que mais influenciou o pensamento contemporâneo, ao privilegiar o aprisionamento como o ideal de punição, em detrimento das penas punitivas corporais.

Bentham era um humanista e também um homem racional, acreditava que a punição deveria ser acompanhada da transformação dos hábitos, através da disciplina imposta pela vigilância permanente, pensando na maior eficácia penal e na moralização social. Segundo Maria José Salum (2009), “Em sua nova forma, o castigo deveria reparar o mal inserido no conjunto da sociedade e ressocializar o ofensor” (SALUM, 2009, p. 19). A mitigação das penas punitivas corporais deveria dar lugar a uma maquinaria de encenações, em um jogo de aprisionamento de luz e sombra induzindo nos moradores das instituições panópticas o sentimento de autovigilância, a ponto de quase induzir um delírio persecutório, como uma hipercorreção para adequação em uma forma geral de agir. Inicialmente pensado por ele como um recurso a ser utilizado nas instituições de enclausuramento para infratores, logo defendeu os múltiplos usos que a autovigilância poderia proporcionar a fim de se conseguir eficiência, podendo ser aplicado em fábricas, asilos, workhouses, etc. Esse modelo se estendeu rapidamente, alcançando diferentes instituições. Para Foucault (1999), talvez esse seja um dos traços mais marcantes das sociedades da pós-modernidade, um modelo de vigilância individual contínua que serve a múltiplos usos.

Segue a descrição Foucaultiana do panóptico de Bentham:

O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravessasse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. (FOUCAULT, 1999, p223)

A descrição de Foucault (1999) sobre as disposições arquitetônicas do panóptico servem para revelar o que o prédio pretende controlar; a luz e a sombra. Segundo o autor, uma máquina maravilhosa que pretende inverter os três princípios da masmorra; trancar, privar de luz e esconder, mantendo somente um deles: o trancafiamento. E suma, o panóptico é, nas palavras do próprio Foucault, uma máquina de fazer ver sem parar e reconhecer imediatamente. A sombra que antes oferecia abrigo a intimidade, agora é melhor captada pelo vigia, a visibilidade torna-se uma armadilha.

Uma das observações de Foucault é que a arquitetura que divide os grupos e os classifica por crime, idade e etc, tem por finalidade aumentar a visibilidade e dificultar a sombra que as grandes massas podem oferecer ao indivíduo. Assim, ele é visto sem nunca poder ver aquele que o vigia, ele está totalmente exposto. O autor ressalta que esse é o efeito mais importante da máquina de ver de Bentham, “[...] induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático de poder.” (FOUCAULT, 1999, p 224). Ela visa produzir efeito de vigilância contínua mesmo se é descontinua em ação. Esse mecanismo de poder deve ser exercido mesmo sem aquele que o exerce, pois o próprio detento será portador desse funcionamento automático. Já ficam claras as intenções de Bentham para com a transformação do habitus social, trata-se de uma ferramenta de transformação do comportamento visando um alinhamento moral.

Miller (2008) nos aponta que a filosofia utilitarista aplicada ao campo penal irá extrair um saber totalitário sobre o sofrimento moral e físico, transformando-o em um campo econômico dos sofrimentos. Assim, cada infração pode ter um suplício correspondente, no

qual todos os elementos que o cercam são inclusos nesta economia, em que tudo serve ou desserve ao sistema econômico dos sofrimentos.

Para Bentham (2008), a vigilância poderia reduzir o castigo físico, fazendo do tempo moroso o próprio castigo do apenado. Para tal tarefa, Miller (2008) nos indica que cada espaço deve ser pensado, calculado e avaliado à exaustão, em uma visão utilitarista, em que o contingente deve servir ao útil. Para Bentham, o crime é efeito da industrialização da economia; curiosamente, ele cria o Panóptico, a máquina óptica de punir, que propõe uma economia dos castigos, sua construção racionalizante busca neutralizar aquilo que ameaça a civilização, o desmedido do gozo, o inútil. O que nos leva a pensar que o Panóptico é regido por uma lógica utilitarista? Segundo Miller (1998), nesse sistema tudo existe em relação a algo, em um universo utilitarista tudo serve a um propósito, nada é sem efeito, tudo pode ser calculável. Pode-se então, através do resultado, ajustar o que contraria e o que favorece tal ética utilitarista.

Lacan inicia a discussão sobre a ética utilitarista em relação à ética da psicanálise no Seminário 7 (2008), investigando o problema filosófico sobre o prazer na ética de Nicômaco, em Aristóteles, que irá se transformando ao longo dos anos no que conhecemos como a ética utilitarista de Bentham (2008). Segundo Lacan, os germes do que seria o utilitarismo de Bentham podem ser encontrados em Aristóteles, ao privilegiar os prazeres intelectuais, em detrimento dos prazeres do corpo. “A ética de Aristóteles é uma ética do caráter. Formação do caráter, dinâmica dos hábitos - ainda ação em vista dos hábitos, do adestramento, da educação” (LACAN, 2008, p22.). É nesse campo que Lacan afirma a diferença da ética psicanalítica, ao se orientar pelo caminho de Freud, a do referenciamento do homem em relação ao real, à pulsão de morte. Segundo Lacan, a virada do pensamento ético se dá por volta do século XIX, onde há um “[...] declínio radical da função do mestre” (LACAN, 2008, p. 23), declínio da orientação pelos ideais, além de uma pulverização dos significantes mestres. Para Lacan, a grande mudança em relação ao que seria uma ética do útil está presente na obra de Bentham, em sua Teoria das Ficções, normalmente negligenciada em comparação com suas outras obras. Ele explica que, em Freud, aprendemos que a orientação do homem em direção ao prazer dá-se em relação ao fictício, e não se trata do “enganador”, e sim da dimensão simbólica, fantasmática. É a partir de Freud que podemos entender que é no mais particular que se dá a eleição de alguns símbolos por cada sujeito – o que é prazeroso para um, pode ser penoso para outro – é nessa relação feita pelos utilitaristas, sobre uma escala hierárquica dos prazeres intelectuais a serviço do Bem supremo, ou vida coletiva, que uma

visão de mundo totalitário fracassa.

O utilitarismo é também um sistema político, além de uma ética. Bentham, teórico do Direito e das Ciências Políticas, desacreditava nos ideais de igualdade, liberdade e fraternidade, tão presentes na revolução francesa. Para ele, o cálculo utilitarista visa a maior felicidade possível para o maior número de pessoas, criando assim uma hierarquia dos prazeres a serem privilegiados para a vida coletiva. Miller diz:

O cálculo dos prazeres, que confere a Bentham sua celebridade mais evidente, é o postulado necessário à racionalização da política. É o instrumento do juiz, não do psicólogo. E o símbolo da justiça perfeita, que poderia medir os danos e as reparações. A máquina de calcular o prazer e a dor, pela qual os comentadores de Bentham resolveram se interessar de modo específico, como se ela pudesse funcionar ainda que imperfeitamente, seria o meio ideal do domínio absoluto dos indivíduos e das comunidades. Seu segredo se revela na primeira frase da introdução...: “a Natureza colocou a humanidade sob o governo de dois mestres soberanos, a dor e o prazer.” (MILLER, 1996, p.46.).

Para Miller (1996), a inovação do homem benthaniano está no seu assujeitamento ao poder desses mestres – ao cálculo dos prazeres – e assim pode ser governável.

Se a humanidade é serva de dois mestres, conseqüentemente, ele, o homem, será servo do que se colocará como mestre de seus mestres. E no “Panopticon”, como vimos, Bentham solta como se fossem cães o prazer e a dor sobre os reclusos” (MILLER, 1996,p.47)

O homem pode ser controlado, basta que a mão que o governa possa conduzir ao prazer e evitar a dor, a manipulação desses elementos na maquinaria de encenações benthaniana possibilita tal façanha. O panóptico é o lugar do domínio totalitário, afirma Miller (1998).

Trata-se de uma visão de mundo totalizante, ou melhor, uma proposta racional para lidar com as contingências. A temática do prazer se apresenta como questão para os doutrinadores da teoria da Maior Felicidade Possível, pois para esta moral as ações são avaliadas como corretas ou não, de acordo com o nível de felicidade alcançada, para o maior número de pessoas possível. O que é então felicidade? Stuart Mill, inglês, referenciado como um dos maiores teóricos utilitaristas, que ajudou a difundir a ciência positivista e a corrente utilitarista, cita Bentham e Epicuro como as maiores referências sobre tal corrente filosófica, e

tem em sua ética o cálculo das ações pela valorização dos prazeres intelectuais, o bem comum em oposição aos prazeres que levaria o homem a se desvirtuar das ações racionais, o oposto do bem comum. A temática do prazer é central para a ética utilitarista, pois é aí que se apresenta como entrave. Para Mill,

Por felicidade entende-se prazer e ausência de dor, por infelicidade, dor e privação de prazer. [...] explicações suplementares não afetam a teoria da vida na qual se funda esta teoria da moralidade, a saber, que o prazer e ausência de dor são as únicas coisas desejáveis (que são tão numerosas no esquema utilitarista como em qualquer outro) são desejáveis, seja pelo prazer inerente a elas, seja como meios para promover o prazer e prevenir a dor. (MILL, 2000,p. 30).

Mill faz ainda um resumo do que se repete no discurso da maioria dos teóricos do utilitarismo:

Deve-se admitir, entretanto, que a generalidade dos autores utilitaristas atribui a superioridade dos prazeres mentais em relação aos corporais principalmente à maior estabilidade, maior segurança, menor custo e etc, dos primeiros isto é, mais às suas vantagens circunstanciais do que à sua natureza intrínseca. [...] É plenamente compatível com o princípio da utilidade reconhecer o fato de que alguns tipos de prazer são mais desejáveis e mais valioso do que outros. ...Entre dois prazeres, se houver um ao qual todos, ou quase todos, os que experimentaram ambos dão decidida preferência, independente de qualquer sentimento de obrigação moral para preferi-lo, é esse o prazer mais desejável. Se aqueles familiarizados, de modo competente, com ambos os prazeres, consideram um deles tão superior ao outro que o preferem mesmo sabendo que ele será acompanhado de qualquer quantidade do outro prazer que sua natureza é capaz de experimentar, então estamos justificados em atribuir ao gozo preferido uma qualidade superior que excede de tal modo a quantidade que esta se torna, em comparação, pouco importante... é inquestionável que aqueles familiarizados com dois gêneros de vida e que são igualmente capazes de apreciá-los e gozá-los, revelam uma preferência muito acentuada pelo gênero que emprega as faculdades mais elevadas” (MILL,2000, p.32).

Stuart Mill demonstra, de uma forma geral, como os utilitaristas pensam as escolhas dos prazeres, a escolha pela razão e a racionalização, a vida pelo menor custo, e o incessante cálculo das classificações. O Panóptico de Bentham é o resultado de todo seu corolário teórico utilitário, ali se concretizava suas formulações. Podem demonstrar-se ali, no panóptico, a aplicação da doutrina racional e as pretensões do uso racional dos recursos. Tudo deve ser racionalizado até sua exaustão, como podemos verificar nas cartas de Bentham (1998) a respeito do modelo panóptico, no qual até as fezes deveriam servir para alguma finalidade, pois tudo deve ter uso, nada ali deveria ser imprestável, inútil, como ponta solta. Para o criador do Panóptico, não basta um dispositivo ser útil a um fim, é importante que essas utilidades se multipliquem em si mesmas, o dispositivo que não serve a uma razão deve suprir a outra, e que de pronto deve servir também a outros usos. Segundo Miller, o próprio Panóptico é a expressão do mundo da policrestia, serve a vários usos, quanto mais o forem, maior a razão de sua aplicação em detrimento de outros dispositivos:

A esse respeito, o Panóptico é o modelo do mundo utilitarista: tudo nele é só artifício, nada de natural, nada de contingente, nada que tenha o existir como única razão de ser, nada de indiferente. Tudo ali é exatamente medido, sem excedente, nem falta. As articulações, os dispositivos, as manipulações. Por toda parte, máquinas.” (MILLER,2008, p.93)

Não existe lugar no Panóptico para o acaso, o olho tudo deve examinar, nada de natural, nenhuma contingência, tudo ali onde está tem uma razão de ser, sem sobras, excessos, nem falta. O olhar que não pode ser visto do fiscal, tudo vigia, tudo sabe, então tudo pode prever, dia e noite, sem descanso. “O Panóptico é uma máquina de produzir uma imitação de Deus” (MILLER,2008, p.91). Essa talvez seja o maior ponto a ser aqui ressaltado da máquina óptica, sua função de retirar a liberdade. Essa privação da liberdade é fundamental para banir o acaso, que serve à homogeneização. Segundo Miller (2008), a privação é sentida por todos, pois retira o livre arbítrio de como lidar com as contingências. Vigiar sem ser visto pelos que são vigiados provoca nos moradores involuntários das instituições panópticas, a necessária autovigilância:

Pode-se agora resolver essa questão: qual castigo que responde melhor à função

que deve ser a sua, a moeda penal? Quer dizer, o que é ao mesmo tempo estável, e econômico, ajustável? Qual é o castigo ideal, por ser homogêneo, senão a prisão? A privação da liberdade é ressentida por todos, ela é medida pela duração, e a duração é perfeitamente divisível. A prisão é uma máquina de subtrair o tempo. Combinada com os trabalhos forçados, aí está uma punição de alta rentabilidade. Bentham não dúvida: este será o castigo do futuro, o castigo dos tempos modernos (MILLER 2008, p.101).

Miller tem razão ao colocar o tempo como operador das equivalências de um sistema penal, pois o tempo livre, subtraído através das repetidas rotinas, em um enclausuramento que pode durar meses e anos, é duramente sentido pelas adolescentes: “Estou ficando louca de cadeia [sic], aqui o tempo não passa!”. A disciplina se apresenta como o meio de educar o homem para a escala de valores dos prazeres, um meio de afastar os maus hábitos. O tempo nas instituições é disciplinado, não corre solto, Miller nos aponta:

Viver sem matar o tempo – poderia ser essa a palavra de ordem utilitarista? Pois o tempo vivo é o tempo que produz. Tomemos um exemplo. Tudo funciona no “Panopticon”, tudo trabalha – em particular os reclusos, da mesma forma que as outras peças da grande máquina (MILLER, 1998, p.28).

Bentham aponta que até mesmo o tempo de descanso deve ser reduzido ao mínimo, e que o descanso deve engendrar outro processo de produção. “Dever-se-á, portanto, ao mesmo tempo, alegrar o trabalho e tornar rentável a alegria” (MILLER, pg. 28, 1996). Bentham formula que um trabalho distrai o outro, a variedade se apresenta como um repouso ideal, o mais rentável, e o tempo de sono é uma facticidade irreduzível. É, então, que podemos compreender o poder disciplinar disposto por Foucault em “Vigiar e Punir”, como ferramenta de transformação da dor e recompensa em moedas de um sistema de transformação dos hábitos. Transformação necessária dos homens para o estilo de vida capitalista, tornando-se dóceis e produtivos, engendrados no ideal da civilização que vivem. Por isso, Foucault é enfático ao afirmar, em “Microfísica do poder” (1984), que nada escapa ao modelo disciplinar vigente na sociedade moderna.

1.6 A disciplina como meio do útil

Uma unidade socioeducativa de internação é composta por regras e rotinas que estão contidas no regimento único, que se equivale em todas as unidades do estado de Minas Gerais. Este regimento impõe rotinas, desde o horário de acordar, de ir para a escola, até o horário do banho. O controle e a repetição das rotinas garantem a morosidade do tempo; apontadas por Miller como condições da homogeneização. As regras contidas neste regimento expressam o ideal moralizante social que impõe a essas jovens a renúncia de um gozo fora do pacto social. As regras e normas são as engrenagens que movimentam a máquina óptica, esta que deve operar guiada por este ideal de reabilitação das jovens: a infração é proibida e sancionada, tudo pode ser nomeado e classificado como “bom” ou “ruim”, algumas ações devem ser sancionadas e o trabalho (de maneira geral) incentivado.

Houve, durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo – ao corpo que se manipula, se modela, se treina; que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam. O grande livro do “Homem-máquina” foi escrito simultaneamente em dois registros: no metafísico, cujas primeiras páginas haviam sido escritas por Descartes e que os médicos, os filósofos continuaram; o outro, técnico-político, constituído por um conjunto de regulamentos militares, escolares, hospitalares e por processos empíricos e refletidos para controlar ou corrigir as operações do corpo. Dois registros bem distintos, pois tratava-se, ora de submissão e utilização, ora de funcionamento e de explicação: corpo útil, corpo inteligível (FOUCAULT, 2000, p.116)

Foucault, ao abordar o tema da disciplina em “Vigiar e Punir”, inicia suas argumentações através da figura do soldado, e demonstra como o discurso pode apropriar-se dos corpos para imprimir uma utilidade. Aborda a figura do soldado do século XVIII como objeto de produção fabril. A partir de um corpo inapto se produz máquina, através do automatismo dos hábitos. Busca-se conferir ao corpo uma potência, transformá-lo em máquina, útil, servil, diferente do escravo, pois no corpo deste é aplicada uma grande carga de violência, que, segundo Foucault, é extremamente onerosa e pouco rentável. Assim, a mitigação das penas corporais e a instauração de um regime disciplinar conferem um quadro necessário para o surgimento de uma potência no nível de produção. Nasce, daí, o poder disciplinar.

Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que

realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as "disciplinas". Muitos processos disciplinares existiam há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, e nas oficinas também. Mas as disciplinas se tornaram, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, fórmulas gerais de dominação. Diferentes da escravidão, pois não se fundamentam em uma relação de apropriação dos corpos; e até a elegância da disciplina dispensa essa relação custosa e violenta, obtendo efeitos de utilidade pelo menos igualmente grandes (FOUCAULT, 1998, p. 117).

A disciplina apresenta-se como um meio útil para a transformação do corpo em uma máquina. As máquinas podem ser ajustadas, conforme o tempo e o espaço, por mais que não sejam todas e nem totalmente programáveis. Como vemos no centro de internação, por mais que as adolescentes possam aderir às rotinas, horários e hábitos institucionais, os corpos se agitam, inquietam e enlouquecem. Ele salienta que o nascimento histórico das “disciplinas” dá-se de encontro com uma arte do corpo.

O momento histórico das disciplinas e o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas à formação de uma relação que, no mesmo mecanismo, o torna tanto mais obediente quanto e mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra em uma maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos "dóceis". A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em algumas palavras: ela dissocia o poder do corpo... (FOUCAULT, 1998, p.117).

Seria eficiente destruir os instrumentos que promovem tal disciplina disposta a domar estes corpos, não aptos? Foucault, em “Microfísica do Poder” (1984), afirma que um ataque niilista às instituições de controle – como Polícia, Centro de Internação, Secretarias de gestão e etc. – fracassariam, uma vez que as técnicas e normas disciplinares estão diluídas no tecido social, estão presentes nas relações. O Poder não é um objeto, ele se exerce, está no tecido social. O autor recomenda que pensar o poder somente em termos de negatividade é um erro, é preciso pensá-lo como algo que produz domínio de objeto, além de rituais de verdade. Segundo Vilas Boas (2002), Foucault rejeita a ideia de que o poder emana do Estado. O poder não é algo que se detém enquanto propriedade, ele é exercido, é relacional. Isto é, Foucault rejeita a ideia de O Poder, e adota a noção de práticas de poder, ou relações de poder. Foucault

pensa que na passagem da monarquia para a modernidade (com a industrialização) há a perda do controle central (do rei) para um poder descentralizado, que opera através das instituições. Por esse motivo, pode-se dizer que ele atua sobre o corpo humano, uma positividade, que produz saber, ele possui uma eficácia produtiva, busca domar o corpo, adestrá-lo e aprimorá-lo.

De certa maneira, podemos pensar a evolução de uma economia-política rumo a um novo estado de relação do corpo, no qual as técnicas de submissão dos corpos sofisticam-se para exprimir maior utilidade, logo, maior produção. Como acentua Foucault (1998), corpos dóceis são corpos úteis, pois assim alcançam os objetivos do modo capitalista de vida, e reduz sua capacidade de revolta, torna os homens dóceis politicamente, e maximiza-se sua capacidade econômica.

A respeito do centro de internação feminino, a vigilância é exercida de duas formas: primeiramente, pelos agentes socioeducativos, que são os profissionais incumbidos de garantir a segurança, a ordem, a rotina, “o bom andamento da unidade” e a normalidade, além de procurar os desvios de conduta. A segunda forma é a vigilância das próprias adolescentes, que promovem tanto uma autovigilância, como delatam umas às outras para as outras adolescentes e para a instituição, a respeito das querelas afetivas, brigas e desacordos gerados pelos namoros. Este fenômeno sempre pareceu no mínimo curioso para todos aqueles que escutavam sobre a “Epidemia de amor”, mas quando a violência entre os adolescentes e os agentes socioeducativos se tornou insuportável para a direção e para a equipe da instituição foi necessária uma intervenção, pois a crença no ideal de controle e erradicação do gozo, pode também levar ao pior.

A unidade socioeducativa se apresenta como mais um dos equipamentos de reprodução da lógica utilitarista vigente em nossa sociedade, que constringe sua população a ser máquina, como aponta Miller(2008), “máquinas por todos lados”, intra e extra muros. A vigilância do pequeno hábito atinge o cidadão comum e não somente as populações encarceradas, de modo a acreditarem que o modo de vida capitalista deva ser o meio privilegiado de laço, sem lugar para a contingência, a lacuna, o ócio e o saber inconsciente.

É a partir dos estudos de Foucault, em “Vigiar e Punir”, que podemos entender a forma como a disciplina contida nas rotinas de uma instituição promove a autovigilância, e como isto pode servir ao enquadramento institucional. Ele nos indica que a disciplina irá organizar os indivíduos através do espaço e no tempo, tentando regular as relações dos indivíduos, a troca de informações, ideias e a mobilização dos grupos que ali habitam.

Foucault afirma que o encarceramento foi uma ferramenta eficiente para disciplinar os corpos, como com os vagabundos, os miseráveis, os soldados, os trabalhadores (período da Revolução Industrial) e os alunos...

A disciplina irá dispor o espaço de tal forma que não existam espaços livres e inúteis, a distribuição do espaço e tempo deve ocorrer de forma a produzir espaços de usos especializados, dificultando a troca entre os indivíduos. Por mais que não se consiga, por um motivo ou outro, um isolamento total, os espaços úteis devem remeter os sujeitos não ao convívio, mas ao trabalho, à servidão.

Ao analisarmos a distribuição das jovens nos alojamentos, constatamos que esta não se dá ao acaso, ela é premeditada, não por afinidades das adolescentes, mas por uma série de classificações. O que Foucault chama atenção como uma das maiores potências da disciplina, é a capacidade de dispor corpos em série por classificação, aqueles que servem ou descumprem os regulamentos. Então se a ordem é o “bom andamento do plantão”, a maquinaria deve promover somente os efeitos úteis do tempo, contendo imprevistos. O comportamento de busca de resultados é reforçado, de acordo com nosso ponto de vista, através da Gestão das Medidas pelo Estado, que traça metas com relação à redução dos números de fugas, rebelião, tumultos e etc., gerando uma expectativa da anulação por completo daquilo que vai contra os objetivos institucionais.

Ora, não se trata de abolir os sistemas regimentares ou a disciplina imposta nas rotinas, uma vez que sabemos que a falta de regulação ou de regimentação da pulsão empurra os indivíduos à morte. A mediação simbólica é o meio útil para que o ser falante tenha acesso a um gozo social. O discurso se apresenta como essa ferramenta, que abre possibilidades para o laço social. O que percebemos é que o modelo de gestão das massas, o modelo de gestão racional, que vigora na atualidade – tanto nas medidas socioeducativas como nos modelos de gestão de governo – parece tentar, através da vigilância, extirpar todo gozo não regulado, conferir uma potência significativa aos corpos, de forma a alcançar a almejada felicidade para o maior número de pessoas possível, mesmo que à custa do sacrifício do modo particular de cada sujeito lidar com as contingências. Dentro desse modelo generalista, não há espaço para a exceção. Ao pensarmos formas de gestão que têm como norteadores éticos as classificações maniqueístas e utilitaristas, acabamos por promover uma cultura de autovigilâncias dos pequenos hábitos, considerados úteis à civilização, e por reprimir a singularidade, assim como estimular a violência simbólica sobre as populações conhecidas como “anormais” ou inaptas – o mendigo, o pobre, o negro, o ladrão, o traficante, o pichador –, até que possam, assim como

no caso do soldado no século XVII, expulsar o inútil a serviço do ideal de uma sociedade capitalista de consumo.

Nuevos tiempos, acabamos de pasar del estadio del espejo para o estadio de la transparencia. La transparencia no es la invisibilidad. El Hombre invisible no se ve a sí mismo en el espejo, sino que sobre todo, sin imagen, no se es visto por nadie. Lo cual da su encanto historia. Esto incluye cierta ventajas, pero con sus riesgos: en novela de H.G. Wells(1897), el Hombre invisible perseguido se vuelve loco....,del estadio do vidente al de mirado, sino que además accedemos al estadio del ser íntegramente visible mirado íntegramente (WAJCMAN, 2011, p. 25).

Como nos aponta Gerard Wajcman, em seu livro “O Olho absoluto” (2011), todas as instituições são atravessadas pelo novo ideal social da transparência a serviço da gestão. As novas modalidades de controle não se satisfazem com lacunas e sombras, contudo, esta demanda de eficiência de tudo saber não é sem consequências para os sujeitos. O preço a pagar diante dessa invasão do Olhar do Outro é o enlouquecimento pulsional, diante do curto circuito da esquizo do olhar. Todos loucos diante de um espelho que pode ver um olho que olha. Uma microfonia do olhar? Uma microfonia que, como o próprio conceito da eletrônica, trata da retroalimentação do som de seu emissor que só gera ruído de alta frequência, barulho. O olhar aqui também apresenta substância, também reverbera, esse Outro institucional que não se apresenta como um Outro desejante, e sim como um Outro todo, presença constante sobre a forma do olhar perpetrante.

Em um universo de cerca de 800 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, o número de adolescentes do sexo feminino é muito menor, aproximadamente 60 jovens. Apesar de acompanharmos mudanças nas estatísticas, com grande aumento no cometimento de atos infracionais por meninas, o número é ainda irrisório. Assim como no sistema prisional, trata-se de um ambiente predominantemente masculino. Isso acarreta que o regimento único, que regula as instituições, foi criado para esse grande contingente de meninos. É a partir disso que o feminino parece apontar o furo da instituição. O feminino é o furo, é indizível.

Um dos procedimentos previstos no regimento único é a contenção física, aplicada em casos extremos, no qual a coação física é o último recurso usado para submeter às internas às normas da instituição. É um procedimento em que a supremacia de força é fundamental, e

habitualmente é realizada com a participação dos agentes socioeducativos masculinos. Para resistir à contenção, as adolescentes tiram as roupas, ficando nuas, inviabilizando a entrada dos agentes socioeducativos, e para evitar a contenção das agentes femininas, elas se besuntam com creme hidratante para escorregar. Diante disso foi necessária a criação de novos procedimentos de contenção na unidade feminina, e de adendos nesse regimento único, incluindo como exceção alguns parâmetros da unidade feminina.

As unidades socioeducativas, em cumprimento ao Estatuto da Criança e Adolescência (ECA), mantêm homens e mulheres em unidades separadas para evitar esse contato íntimo entre os jovens, mas o que os preconizadores do ECA e dos regimentos das instituições não esperavam, ou não previam, era que a sexualidade, enquanto fator inerente à condição humana e que anima as relações do laço social, poderia acontecer entre adolescentes do mesmo sexo, e ainda de forma generalizada. Apesar de o namoro e sexo não estarem previstos como penalidade ou infração, elas são reprimidas moralmente. Afinal, a gestão não vê “utilidade” na epidemia de apaixonamento, pelo contrário, as paixões são vividas como um excesso, desreguladas. O namoro deve ser reprimido, o que gera uma revolta das jovens, que respondem com violência contra os agentes, e, conseqüentemente, são sancionadas por agressão física ou verbal (desacato à autoridade).

Outro item curioso no regimento único, criado para atender a rotina da unidade feminina, é a sanção por espalhar boatos e fofocas. Grande parte das sanções disciplinares em uma unidade feminina está relacionada às brigas ocasionadas pelos namoros entre as adolescentes, que às vezes, levam a agressões físicas. Mas como evitar que as meninas falem uma das outras? O que desperta tanto interesse nessas adolescentes que animam essas fofocas e boatos? Como conter o excesso feminino que aparece através dos atos e palavras?

2. IDENTIFICAÇÃO HISTÉRICA NA ADOLESCÊNCIA

Neste capítulo, o namoro entre as jovens será discutido a partir das reflexões freudianas sobre a identificação. Consideramos que tal fenômeno de grupo é resultante da identificação histórica, tal como o desmaio produzido pelas garotas de um pensionato, descrito por Freud no texto “Psicologia de grupo e análise do ego” (1921). Posteriormente, o conceito de identificação será articulado à noção de adolescência, a partir das contribuições teóricas de Freud e Lacan.

É importante precisar o conceito de identificação em Freud e sua relação com a formação dos grupos, para que possamos refletir sobre o fenômeno de contágio observado na instituição. Freud, em “Psicologia de Grupo e análise do ego” (1921), reflete sobre os elementos da vida mental que fazem do grupo essa instância social capaz de promover, no indivíduo, moções suficientes para que ele faça e pense coisas que normalmente as coerções sociais o desmobilizariam. Para isso, Freud retorna à literatura de sua época, especialmente à Le Bon². Na introdução de “*Psicologia de grupo*”, Freud defende que a psicologia individual e de grupo guardam grande semelhanças, concluindo que a psicologia de grupo e a individual têm a mesma base:

Algo mais está invariavelmente envolvido na vida mental do indivíduo, como um modelo, um objeto, um auxiliar, um oponente, de maneira que, desde o começo, a psicologia individual, nesse sentido ampliado mas inteiramente justificável das palavras, é, ao mesmo tempo, também psicologia social. (FREUD, 1921, p. 81)

O autor comenta que, no grupo, o indivíduo é colocado sobre determinadas condições que lhe permitem ser levado por suas moções inconscientes, de forma que essas novas características que o indivíduo assume do e no grupo nada mais são do que as manifestações do inconsciente. Freud então sublinha não ser surpreendente o fato do desaparecimento da consciência no grupo – ele também atribui à consciência este sentimento de ansiedade social – ou do senso de responsabilidade sobre tais disposições.

Outro fator importante, ressaltado pelo autor, refere-se ao poder de contágio dos

² Gustave Le Bon(1841-1931) é um autor da psicologia social contemporâneo de Freud, conhecido por seus estudos sobre as massas e os grupos. Freud faz menção especial em seu texto, a uma das obras de Le Bon, chamada *Psychologie des foules*(1855), onde Freud irá citá-la várias vezes para pensar a mente grupal, e pensar suas influências sobre a psicologia individual,e os fatores envolvidos no contágio presente nos grupos.

grupos. Segundo o autor, o fator epidêmico que um grupo pode apresentar, apesar de ser facilmente percebido, é de difícil explicação, devido à sua complexidade: “O contágio é um fenômeno cuja presença é fácil estabelecer e difícil explicar” (FREUD, 1921, p.86). Freud indica o contágio como um fenômeno que pode levar o sujeito a fazer coisas que não faria se não estivesse em grupo, ou seja, ele se torna apto a fazer renúncias pessoais que normalmente não faria de bom grado, e as ideias são facilmente transformadas em atos. O autor compara essa mente grupal à baixa inibição dos homens primitivos e das crianças.

É a partir dessa hipótese que Freud começa a analisar em que ponto a vida grupal incide sobre a vida mental individual, obtendo tamanha influência sobre ela. O autor diferencia a identificação vertical, com o líder, da identificação horizontal, com os semelhantes, para analisar a influência exercida por eles sobre os indivíduos. O autor mostra a relação existente entre os dois níveis de identificação, pois, a partir da identificação com um ideal, situado na posição vertical, os membros do grupo se identificam entre si, de forma horizontal. Freud descreve o grupo artificial formado ao mesmo tempo pela identificação vertical ao líder, e horizontal, com os semelhantes. Ou seja, o mesmo grupo artificial comporta uma identificação vertical com o pai, e uma horizontal, com os irmãos.

Uma igreja e um exército são grupos artificiais, isto é, uma certa força externa é empregada para impedi-los de desagregar-se e para evitar alterações em sua estrutura. Via de regra, a pessoa não é consultada ou não tem escolha sobre se deseja ou não ingressar em tal grupo; qualquer tentativa de abandoná-lo se defronta geralmente com a perseguição ou severas punições ou possui condições inteiramente definidas a ela ligadas (FREUD, 1921, p. 105)

Freud cita a igreja e o exército como casos exemplares de grupos artificiais. O autor destaca a existência de uma ilusão necessária nesses grupos para mantê-los estáveis, trata-se de supor um líder, que ama igualmente a todos. Segundo ele, certa força externa é necessária para manter o grupo artificial unido, normalmente as pessoas não são consultadas a participar do grupo, este é o artifício: “[...] prevalece a mesma ilusão de que há um cabeça – na Igreja Católica, Cristo; num exército, o comandante-chefe que ama todos os indivíduos do grupo com um amor igual” (FREUD, 1921, pp.105-106). Segundo Freud, esses grupos dependem dessa ilusão, se ela tivesse de ser abandonada, a igreja e o exército se dissolveriam. O laço formado pelos membros do grupo impede que a tensão de estar em grupo seja sentida, essa

tensão aumenta quando o vínculo (com o líder, com a ideia ou com os iguais) é rompido.

A designação “máquina de sapatão” foi construída pelas adolescentes para nomear o fenômeno que se alastra na instituição, de forma epidêmica, entre elas. A nossa hipótese é a de que a identificação das adolescentes ocorre em relação ao significante “sapatão”, que, assim como um ideal, agrega a todos, que se identificam entre si de forma horizontal.

As adolescentes estão em cumprimento de medida judicial, que é impositiva e ao mesmo tempo involuntária, não existe escolha das adolescentes quanto à aplicação da sentença em meio aberto ou em meio fechado, muito menos em relação ao momento do desligamento institucional – quando as jovens vão ter quitado sua sanção. Nesse caso, a autoridade competente é o juiz. O encontro com o juiz é sempre muito marcante para as adolescentes e ocasiona muitas inquietações. O documentário “*Juízo*”, lançado em 2007, da diretora Maria Ramos, trata deste tema. Encenado por pessoas que na vida real são juízes, promotores e defensores, o filme mostra um pouco do cotidiano em tribunais e em instituições de cumprimento de medidas. O filme aborda a forma como os juízes tentam produzir nos jovens algum tipo de responsabilização pelo ato infracional cometido, através da indução do medo e da culpa, intervenção que muitas vezes tem efeito reverso. Sabemos, desde Freud (1920), que o caminho da sugestão, presente no início de sua clínica, não logra êxito na direção do tratamento, o que o leva a desenvolver o método da associação livre no tratamento analítico. Essa estratégia da indução do medo é criticada por Freud, pois ele acredita que esta não é capaz de produzir efeitos nos grupos. O autor aposta na existência de outro elemento libidinal que mantém o grupo mobilizado.

O grupo das adolescentes se forma a partir de um significante, e não de um líder. Sabemos que, vez ou outra, uma adolescente ou duas se nomeiam como tal, mas percebemos que existe essa predominância da horizontalidade no grupo, de forma que essas lideranças não duram mais que um mês. As próprias jovens se encarregam da destituição das que se colocam como líderes. Por vezes, torna-se necessário que uma delas assuma essa posição, principalmente quando as jovens precisam de algum tipo de representatividade formal frente à instituição.

Freud ressalta a importância da presença de um líder e/ou de uma ideia na manutenção da unidade do grupo. O autor acrescenta que o líder ou a ideia podem ser negativos. Assim, o ódio contra uma pessoa ou instituição pode produzir o mesmo efeito unificador entre os membros de um grupo:

Essa abstração, ainda, poderá achar-se mais ou menos completamente corporificada na figura do que poderíamos chamar de líder secundário, e interessantes variações surgiriam da relação entre a ideia e o líder. O líder ou a ideia dominante poderiam também, por assim dizer, ser negativos; o ódio contra uma determinada pessoa ou instituição poderia funcionar exatamente da mesma maneira unificadora e evocar o mesmo tipo de laços emocionais que a ligação positiva. (FREUD, 1921, p.111)

Em relação à dissolução do grupo, nota-se que ela é ao mesmo tempo dificultada e mantida pela instituição. Se, por um lado, a equipe de segurança tem uma postura de desencorajamento aos agrupamentos e às insurgências, por outro, o caráter restritivo territorial na privação de liberdade impõe que os sujeitos se relacionem somente entre eles, o que fortalece a identificação horizontal, no caso, entre adolescentes e funcionários.

A partir das considerações freudianas, podemos interpretar que, além do grupo institucional, formado artificialmente pela instituição socioeducativa, existem os subgrupos formados pelas próprias adolescentes. Nesses agrupamentos, a identificação vertical pode estar presente pela posição de liderança exercida por uma adolescente ou por uma ideia que congrega a todos. No caso aqui investigado, a identificação com o significante “sapatão” ocorre de forma generalizada dentro da instituição, atingindo todas as adolescentes da instituição, de forma horizontal.

Assim, todas as adolescentes, ao entrarem na instituição, passam a se identificar entre si através desse significante. Interessa-nos, portanto, esse efeito de contágio que atinge todas as adolescentes da instituição.

A partir do texto freudiano de 1921, levantamos, pois, a hipótese de que esse fenômeno de grupo é resultado da identificação histórica, que será discutida a seguir. Finalmente, a identificação histórica será relacionada com o tempo da adolescência.

2.1 A identificação histórica

No período da adolescência, os pais, como referências de identificação, são rapidamente substituídos por outras pessoas. O adolescente elege um grupo a partir de um significante, através do qual todos os membros do grupo se identificam. Nesse grupo, o adolescente passa a adotar novas condutas, valores ou ideais.

A queixa dos adolescentes – de não serem compreendidos e escutados – encontra acolhimento nos grupos formados por adolescentes, que, como semelhantes, compartilham da mesma angústia.

Para Freud (1905), o rompimento com a autoridade familiar é resultado do declínio do Complexo de Édipo. Esse é o maior trabalho psíquico realizado pelo sujeito no tempo da adolescência, fundamental para promover as mudanças geracionais e a inserção na cultura:

Contemporaneamente à subjugação e ao repúdio dessas fantasias claramente incestuosas consuma-se uma das realizações psíquicas mais significativas, porém também mais dolorosas, do período da puberdade: o desligamento da autoridade pais, unicamente através do qual se cria a oposição, tão importante para o progresso da cultura entre a nova e a velha gerações (FREUD, 1905, p.214).

Nas instituições de cumprimento das medidas socioeducativas de privação de liberdade é possível perceber, de forma nítida, a importância dos grupos no tempo da adolescência e as características próprias dos agrupamentos formados no interior desses espaços. As adolescentes excluem aquelas que não se adaptam às regras criadas por elas para regular o convívio na instituição. Este é um fator que promove mudanças nas configurações dos subgrupos formados pelas jovens dentro da instituição, assim como acentua a força dos vínculos formados entre elas.

Um das possibilidades de se romper com a instituição e com os subgrupos, em seu interior, é através da fuga, que é desencorajada e severamente punida pela instituição e, por vezes, pelo judiciário, acarretando no aumento da sanção. Outra opção, mais radical, é a tentativa de suicídio. Como foi citado anteriormente, houve dois casos de suicídio na instituição. A tentativa de suicídio é um ato muito praticado pelas adolescentes na instituição, principalmente entre as jovens que ficam isoladas do convívio nos alojamentos individuais. A possibilidade de suicídio alimenta as fantasias e aterroriza funcionários e adolescentes. Para a grande maioria das jovens, permanecer nesses alojamentos individuais é insuportável.

As tentativas de suicídio também acontecem quando o grupo exclui alguma jovem. Muitas vezes, esse ato desesperado consegue promover a empatia das pessoas na instituição – em funcionários e adolescentes – e com êxito, as jovens até retornam aos grupos. A tentativa de suicídio apresenta-se, ao mesmo tempo, como uma forma extrema de separação – quando as jovens já não suportam mais a sanção, o isolamento, a pressão da instituição ou do grupo –,

e, paradoxalmente, como uma maneira de retorno ao grupo e à instituição, já que, nestes casos, a equipe de segurança, de atendimento e a diretoria lançam um olhar especial sobre elas.

Assim, a forma como o ato é acolhido pelo grupo e pela instituição acaba por fomentar novos episódios. Temos como exemplo o uso da “Tereza” – corda confeccionada com retalhos de lençol – que as jovens usam para se enforcar, e que, curiosamente é também usada nas fugas, para pular os muros das instituições. A produção dessa corda pelas adolescentes tornou-se signo de que algo grave pode acontecer.

Uma vez que as adolescentes se aderem aos grupos e à lógica de funcionamento institucional, as vivências e os relacionamentos naquele lugar passam a ter grande importância em suas vidas. Freud nos esclarece sobre o tipo de ligação libidinal existente entre os membros de um grupo que ocorre no processo de identificação. Segundo o autor, essa energia pode ser investida no ego, isto é, um traço do alvo da libido pode ser incorporado ao ego. Assim, a energia liga-se ao Eu, ao invés de ser investida no objeto. Essa influência sobre o Eu nos oferece a chave do contágio que ocorre entre as jovens, assim como nos mostra a diferença existente entre a identificação e o amor, pois, no último ocorre um desinvestimento da libido no Eu:

Preocupamo-nos aqui com instintos amorosos que foram desviados de seus objetivos originais, embora não atuem com menor energia devido a isso. Ora, no âmbito das habituais catexias sexuais de seu objeto, já observamos fenômenos que representam um desvio do instinto de seu objetivo sexual. Descrevemos esses fenômenos como gradações do estado de estar amando e reconhecemos que elas envolvem certa usurpação do ego. (FREUD, 1921, p.114)

Essa indicação freudiana nos leva a pensar que o laço que une as jovens na instituição é da mesma ordem desta conexão que se estabelece entre os membros de um grupo, nomeada, por Freud, como identificação. Podemos concluir, pois, que não se trata de amor.

Nos estudos sobre a identificação, Freud (1921) define a identificação como a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa, que desempenha um papel fundamental no Complexo de Édipo. Para Freud, a identificação se apresenta num momento anterior à escolha de objeto:

Um menino mostrará interesse especial pelo pai; gostaria de crescer como ele, ser como ele e tomar seu lugar em tudo. Podemos simplesmente dizer que toma o pai como seu ideal. Este comportamento nada tem haver com uma atitude passiva ou feminina em relação ao pai (ou aos indivíduos do sexo masculino em geral); pelo contrario, é tipicamente masculina. Combina-se muito bem com o complexo de Édipo, cujo caminho ajuda a preparar. (FREUD,1921, p115)

A identificação é ambivalente desde o início, pois ao mesmo tempo em que representa a expressão da ternura, é também um desejo de afastar o alvo da identificação. Freud descreve neste texto três fontes de identificação: ao pai, ao sintoma e a histórica.

Freud descreve a primeira fonte de identificação, ao pai, comportando-se como um derivado da organização da libido na fase oral, na qual o objeto de investimento é assimilado pela ingestão, e ao mesmo tempo aniquilado, devorado. Freud dá o exemplo do canibal que, segundo sua interpretação, permaneceu fixado nessa etapa e somente devora as pessoas por quem tem afeição. A canalização da libido dos objetos e sua assimilação serão incorporadas ao Eu, produzindo um acréscimo de si. Ele assinala, neste mesmo texto, a diferença entre tomar o pai como objeto de desejo e o pai como alvo da identificação.

É fácil enunciar numa fórmula a distinção entre a identificação com o pai e a escolha deste como objeto. No primeiro caso, o pai é o que gostaríamos de ser, no segundo, o que gostaríamos de ter, ou seja, a distinção depende de o laço se ligar ao sujeito ou ao objeto do ego. O primeiro tipo de laço é possível antes que qualquer escolha sexual de objeto tenha sido feita. É muito mais difícil fornecer a representação metapsicológica clara da distinção. Podemos apenas ver que a identificação esforça-se por moldar o próprio ego de uma pessoa segundo o aspecto daquele que foi tomado como modelo (FREUD, 1921, p. 116.).

Freud acrescenta que a identificação é sempre parcial e extremamente limitada, assimilando traços isolados que são tomados emprestados do objeto da identificação.

Para explicar a identificação ao sintoma, ou ao traço unário, o autor propõe um exemplo de uma menina que desenvolve o mesmo sintoma de sua mãe, a mesma tosse. Freud comenta que a identificação pode provir do Complexo de Édipo, o que pode significar um desejo hostil de tomar o lugar da mãe. O sintoma expressa seu amor objetual pelo pai, nesse

caso, a identificação apareceu no lugar da escolha de objeto e a escolha de objeto regrediu para a identificação, sendo que o objeto é incorporado ao ego.

A identificação histórica deixa de fora qualquer relação de objeto com a pessoa que está sendo copiada e sua essência está na base das relações de grupo, na identificação das massas e das comunidades. Para ilustrar este tipo de identificação, segue o relato:

Suponha-se, por exemplo, que uma das moças de um internato receba de alguém de quem está secretamente enamorada uma carta que lhe desperta ciúmes e que a ela reaja por uma crise histórica. Então algumas de suas amigas que são conhecedoras do assunto pegarão a crise, por assim dizer através de uma infecção mental. O mecanismo é o da identificação baseada na possibilidade ou desejo de colocar-se na mesma situação. As outras moças também gostariam de ter um caso amoroso secreto e, sob a influência do sentimento de culpa, aceitam também o sofrimento envolvido nele. Seria errado supor que assumissem o sintoma por empatia. Pelo contrário, a simpatia só surge da identificação e isso é provado pelo fato de que uma infecção ou imitação desse tipo acontece em circunstâncias em que é de presumir uma simpatia preexistente ainda menor que a que costumeiramente existe entre as amigas numa escola de moças (FREUD, 1921 p. 117.).

A explicação do autor para tal fato é que um determinado ego percebe uma analogia significativa com outro ego, o que produz uma emoção semelhante. Isto é, uma identificação é produzida sob a influência da situação e desloca-se para o sintoma que o primeiro ego originou. As ligações feitas de forma horizontal entre os membros do grupo irão produzir a consolidação das identificações entre os membros do grupo. A identificação “ao desejo” torna-se o ponto de encontro entre dois egos. A possibilidade de colocar-se na posição da outra pessoa irá possibilitar o “contágio”. As jovens se identificam com o desejo de se colocarem na mesma situação da jovem apaixonada, assim como ocorre na origem do sintoma histórico. O que está em causa é a forma como o sujeito histórico tenta representar seu desejo através do desejo do Outro³. Na identificação com o sintoma, pois, que ocorre na histeria, há um ponto de coincidência, um desejo comum entre dois “eus”, mantido recalcado.

³ No ensino de Lacan, o conceito de Outro é considerado como o tesouro significante, o lugar simbólico de onde o sujeito recebe sua mensagem invertida, é “o Outro como sítio prévio do puro sujeito do significante” (LACAN, 1998, p.807)

Freud descreve os três mecanismos fundamentais da identificação: 1) A identificação constitui a forma original de laço emocional com um objeto; 2) De forma regressiva, ela torna-se o mecanismo que faz uma ponte libidinal entre o objeto e o ego, por meio da introjeção do objeto no ego; 3) Pode surgir a partir de qualquer característica em comum compartilhada, mesmo que essas pessoas não sejam o objeto sexual, o que torna a qualidade do laço tão forte quanto for essa característica.

O autor conclui que o laço presente entre os membros de um grupo é a identificação ao desejo, ou ao sintoma, baseada em uma importante qualidade emocional comum. Lacan, no Seminário “A Identificação” (1961-1962), discorre sobre o conceito de identificação, retomando as considerações freudianas. Para Lacan, é o traço unário, ou a identificação via traço unário do objeto perdido, incorporado ao sujeito, que possibilita a formação dos grupos, pois o traço do objeto irá sustentar o ideal do eu.

Quero dizer o que vocês já vêm pontuado, a saber, a substituição, de uma função que deu tantas dificuldades ao pensamento filosófico, a saber, esta inclinação quase que necessariamente idealista que tem toda articulação do sujeito na tradição clássica, substituir-lhe essa *função de idealização*, na medida em que sobre ela repousa essa necessidade estrutural que é a mesma que já articulei diante de vocês sob a forma de ideal do Eu, na medida em que é a partir desse ponto, não místico, mas perfeitamente concreto de identificação inaugural do sujeito com o significante radical, não do um plotiniano, mas do traço único como tal, que toda perspectiva do sujeito como não sabendo pode se desenvolver de um modo rigoroso. (LACAN, 1961-62, p.35)

O autor faz uma releitura das três fontes de identificação abordadas por Freud (1921), a análise feita por ele nos ajuda a avançar no tema. Lacan reúne as duas primeiras fontes de identificação, ressaltando a importância da segunda, a do traço unário, na constituição do sujeito. A identificação marca a relação desse traço com o Ideal do Eu. O S1⁴ é o significante tomado do Outro como Ideal. O Ideal conjuga o sujeito e o Outro no significante radical da identificação inaugural (Lacan, 1961-62).

4 A teoria do significante foi elaborada 1956 -1966. Foi feita uma releitura de Jacques Lacan a partir da teoria de Ferdinand Saussure sobre o signo linguístico. Em Lacan tornou-se conceito central, tanto que propõe que o inconsciente estruturado como linguagem. O significante mestre ou S1 é o significante que vem do campo do Outro e determina o sujeito produz uma marca, e que vai guiar os modos de gozo de cada sujeito.

Lacan faz uma leitura do traço unário como uma marca indestrutível, mesmo que apagada ou revestida que reaparece como insígnia da ausência (Lima, 2009). Essa marca promove a emergência de um sujeito.

Laurent (2003), afirma que essa junção de Lacan foi importante para a retomada da leitura do texto de Freud. Havia uma leitura errônea do texto freudiano sobre a identificação, ao se tomar o pai e a mãe como concretos, e se buscar estabelecer o que vinha primeiro, a transferência materna ou paterna. O autor argumenta que a intervenção de Lacan vai substituir o pai da primeira identificação por uma massa espessa, e a segunda forma de identificação por um traço, um nome.

A primeira fonte de identificação, ao pai, é uma identificação imediata, que coloca o pai na posição de ideal, de mítico. A segunda forma de identificação é ao traço, o sujeito se identifica com um traço do objeto perdido. Segundo o autor, o traço permite a identificação nos grupos, pois ele sustenta o ideal do eu.

A identificação com o desejo é relacionada à identificação ao desejo do Outro, o desejo de incluir-se no desejo do Outro. Laurent (2003) retoma a terceira fonte de identificação para localizá-la como a fonte da irmandade feminina, presente no caso do pensionato descrito por Freud. O autor ressalta que o fundamental na identificação histórica é a supremacia dos mecanismos inconscientes, assim como Freud já havia apontado no texto “Psicologia das Massas”. Lacan faz uma oposição entre o inconsciente e o amor, realçando o traço. Na lógica do inconsciente, o objeto é sempre perdido, enquanto na lógica do amor o objeto é sempre reencontrado. Essa diferenciação nos ajuda a pensar que o laço entre as mulheres se constitui em função do objeto que sempre esteve perdido no inconsciente, o objeto *a*, remetendo a identificação ao seu caráter pulsional.

Podemos então fazer uma breve reflexão sobre o fenômeno abordado nesta pesquisa a partir das referências freudianas e dos comentários de Lacan sobre a identificação. Ao pensarmos a formação de par amoroso sobre a luz da identificação e da vida de grupo podemos concluir que não é o sentimento de amor que faz dessas adolescentes um grupo. O grupo se forma a partir de um significante, *sapatão*, que estabelece uma ligação horizontal entre as adolescentes. O que as une é da ordem de uma identificação.

A identificação histórica apresenta-se como a mola do contágio, a “infecção mental”, apontando para a indicação de Freud sobre a determinação inconsciente na identificação histórica e na economia libidinal dos grupos. A relação com o Outro institucional parece fortalecer o fenômeno, uma vez que abre pouco espaço para outras formas de se viver a

pulsão. Assim, as jovens se identificam entre si no grupo formado a partir de um significante criado por elas como uma forma de resistir à pressão institucional e às ofertas identificatórias do Outro institucional, que as designa como “infratoras”, remetendo-as ao ato infracional cometido.

A identificação histórica, nesse caso, apresenta o caráter paradoxal apontado por Freud: se por um lado a identificação possibilita o laço horizontal com as outras adolescentes que comungam do mesmo significante, como uma forma de inserção no grupo; ela apresenta-se também com uma estratégia frente ao Outro institucional, como uma forma de separar-se de seu capricho pulsional.

2.2 Adolescência e sexualidade

Consideramos que a identificação entre as adolescentes na instituição é uma tentativa de responder ao enigma sobre o que é ser uma mulher, indagação própria da constituição feminina que surge no despertar da puberdade.

Para introduzir esta discussão, evocaremos um fragmento de um evento acontecido em uma escola municipal da cidade de Belo Horizonte, para, em seguida, relacioná-lo com uma situação semelhante ocorrida na instituição abordada nesta dissertação. As duas situações servirão como um pano de fundo para as discussões sobre o tema proposto neste capítulo.

Há cerca de 10 anos, no Brasil, assim como no resto do mundo, o grafite vem tomando cada vez mais espaço nas cenas urbanas e se constituindo como um forte movimento cultural. Este movimento não inclui somente os brasileiros, mas está presente em todo o mundo. Ele está frequentemente associado à parcela de jovens pobres, negros, moradores de favela e de baixa escolarização. O Grafite é uma ação reconhecidamente originária na marginalidade, no vandalismo e no protesto, que surgiu da intenção de contestar as regras sociais e a propriedade privada. Ele buscava estabelecer uma conexão interna entre os grupos de jovens que se dedicavam à pichação e ao grafite, e ao mesmo tempo consistia em uma recusa à sociedade, como uma forma de agressão social. Contudo, o Grafite se transformou também em um instrumento de conexão desses jovens com a sociedade.

A lei 12.408, sancionada pela presidenta Dilma Roussef em 2012, despenaliza o ato de grafitar e, ao mesmo tempo, veta a compra de tintas spray para menores de 18 anos. Ainda, a alteração desta lei inclui no “artigo segundo” o aumento das sanções para pichação, que eram de três a seis meses, para seis meses e um ano. Não é raro, observarmos nas mídias de massa

propagandas que exaltam o Grafite como arte – ao mesmo tempo em que descrevem a pichação como uma epidemia e uma abominação social –, o que desloca parte do movimento da completa marginalidade para um lugar de reconhecimento social. Surge até mesmo a aspiração de se transformar o grafite em um objeto fetiche para um mercado de consumidores, isolando os jovens que se interessam pela pichação. O Grafite tem sido usado cada vez mais como uma ferramenta para se aproximar dos jovens, enfraquecendo o movimento dos jovens que se interessam pela pichação. Essas observações nos levam ao caso abaixo.

A diretoria de uma escola de Belo Horizonte, que atende o público adolescente, do quinto ano até a terceira série do segundo grau, decidiu reunir alguns Grafiteiros da comunidade para realizar a pintura dos muros externos da instituição – uma vez que os muros estavam pichados. Os grafiteiros evitam os espaços onde existem pichações, já que existe uma espécie de pacto no Brasil entre pichadores e grafiteiros para que um não “atropele” ou pinte por cima das “peças” ou pinturas do outro. O dia deste evento reuniu muitos jovens e, segundo os grafiteiros que também são moradores do entorno da escola, tal iniciativa agradou a comunidade. Depois do trabalho pronto, houve uma visita da equipe de gestão das Políticas de Educação da Prefeitura de Belo Horizonte ao local. A equipe não gostou da nova decoração dos muros. Segundo o relato de um desses grafiteiros, a equipe de gestão achou que a pintura havia deixado a escola muito “sombria”, e, como resultado, mandou apagar todas as pinturas e substituí-las por pequenas flores. É possível visualizar nas fotos abaixo os muros da escola antes e depois da intervenção da equipe de gestão das Políticas de Educação da Prefeitura de Belo Horizonte.



Figura 1: Fachada da escola antes da intervenção da PBH



Figura 2: Visão lateral da escola antes da intervenção da PBH



Figura 3: Fachada da escola depois da intervenção da PBH



Figura 4: Fachada da escola depois da intervenção da PBH

Tal evento serve para ilustrar a total desconexão existente entre a gestão das políticas educacionais e os jovens. Este fato nos leva a refletir sobre o lugar social ocupado pelo adolescente. Há uma dificuldade da sociedade em acolher as manifestações dos adolescentes, de reconhecer e valorizar suas ações e palavras. Há também uma recusa de se aceitar a vertente pulsional do ser falante, que a puberdade evidencia. Ora, os trabalhos artísticos dos grafiteiros se configuram exatamente como formas simbólicas de se tratar o real pulsional que insiste em se manifestar.

Parece haver, por parte dos adultos, uma tentativa de se resgatar uma suposta inocência infantil perdida, ou ainda, de se anular a sexualidade e a agressividade presentes na subjetividade humana e na cultura, e que são associadas, pelo discurso social, à fase da adolescência. Apesar de os jornais mostrarem uma suposta epidemia de crimes cometidos por adolescentes e de incitar a opinião pública a pedir o endurecimento das leis das que regem a responsabilidade e os direitos adolescentes, podemos concluir, através dos dados a seguir, que é irrisório o número de atos infracionais cometidos por adolescentes, em comparação aos adultos:

O sistema prisional no Estado de Minas Gerais passou de 5.381 vagas em 2003, para 26 mil vagas em 2011. Atualmente, a Subsecretaria de Administração Prisional administra 129 unidades, entre presídios, penitenciárias, hospitais, centro de apoio médico e pericial, casas para albergados e um centro de referência à gestante privada de liberdade. (SUAPI, Governo de Minas Gerais, n.d).

Segundo o site da Secretaria de Defesa Social, a SUAPI, Subsecretaria de Administração Prisional, tem expandido as políticas de encarceramento, devido a uma defasagem existente na relação entre o número de vagas e o déficit carcerário. Podemos concluir pelas pesquisas estatísticas que em oito anos houve um aumento percentual de

483,18%, o que mostra um aumento de 60% por ano.

A Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas, vinculada à Secretaria de Estado de Defesa Social, é o órgão responsável em Minas Gerais por elaborar e coordenar a política de atendimento ao adolescente autor de ato infracional. Alcançando um total de 30 unidades, no final de 2010, e mais de 1100 vagas disponibilizadas em semiliberdade e internação, a Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas está atualmente presente na quase totalidade das regiões de Minas, tendo mais que dobrado sua capacidade de atendimento desde 2003, quando existiam 12 unidades. (SUASE, Governo de Minas Gerais, n.d).

Como podemos observar nos dados oficiais divulgados no site do governo de Minas Gerais, existe uma larga expansão das políticas de encarceramento, tanto no sistema penitenciário, quanto no socioeducativo, dado o aumento das vagas entre 2003 e 2011. Atualmente, o sistema penitenciário tem cerca de 26 mil vagas e o sistema socioeducativo, cerca de 1.100. Esses dados indicam que o número de jovens em cumprimento de algum tipo de sanção em regime restritivo de liberdade é, aproximadamente, 26 vezes menor do que o número de adultos. Das 1100 vagas do sistema socioeducativo, somente 100 estão voltadas para o público adolescente do sexo feminino, o que nos leva a concluir que o sistema penitenciário, bem como o socioeducativo, é um universo predominantemente masculino.

No centro de internação ocorreu algo similar ao fato descrito anteriormente. A escola que funciona dentro dos muros da unidade socioeducativa oferecia algumas atividades com as adolescentes de 15 e 16 anos. Estas atividades estavam completamente distantes dos interesses das jovens. Algumas consistiam em desenhos de coelhinhos da páscoa para colorir, colagem de algodão em Papai Noel para o Natal e construção de casinhas de bonecas com palitos de picolé. Certo dia, uma jovem que cumpria medida me chamou e disse: “Ô diretor, vem ver que “tiração”, colorir coelhinho é demais né, cadê o RAP?” [sic]. Mesmo depois de realizarmos algumas intervenções junto à coordenação pedagógica da escola, sugerindo mudanças nas atividades propostas, a coordenação não atendeu às nossas solicitações, com a alegação de que o RAP e essas outras coisas que as adolescentes demandavam, não eram adequadas socialmente. A instituição resistia ao modo particular de cada jovem se apresentar naquele lugar. De forma muito curiosa, uma das maiores queixas dos professores em relação

ao trabalho com as adolescentes era o desinteresse das jovens pelas atividades propostas, o que muitas vezes levava alguns professores a nomearem esses jovens como “irrecuperáveis” ou portadoras de déficit de aprendizagem. Infelizmente, algumas jovens se identificam com essas nomeações.

Podemos perceber, de uma maneira geral, que os adultos resistem a reconhecer que os adolescentes não são mais crianças. Os adolescentes são, como nos mostra Freud (1905), os portadores de uma mudança no *habitus* de uma geração, que pode ser interpretada pelos adultos como um rompimento com os costumes ou como uma transgressão à moral da época. Mas, é a sexualidade, tão claramente exposta na adolescência, que é recusada pela sociedade.

Freud (1905/1997) demonstra que o psiquismo se estrutura a partir da organização da sexualidade. Mesmo que esse tema tenha sido abordado por Freud em meados de 1900, ainda há grande resistência por parte das pessoas em reconhecer a presença da sexualidade desde a infância. As manifestações da sexualidade por adolescentes e crianças são interpretadas pela sociedade como aberrações, justificando a criação e a manutenção das práticas disciplinares de controle da sexualidade, tal como ainda são observadas nas diferentes instituições de atendimento às crianças e adolescentes.

O lugar de marginalidade que as jovens que cumprem medidas socioeducativas ocupam na estrutura social acaba por configurar qualquer manifestação sexual delas como uma anomalia ou aberração. É nesse contexto que podemos compreender as práticas disciplinares exercidas na unidade socioeducativa. Tenta-se suprimir, a todo custo, qualquer tipo de manifestação de sexualidade das jovens, através da presentificação do olhar como um instrumento de vigilância e instância coercitivas. No entanto, essa tentativa de controle institucional acaba por promover e reforçar o fenômeno coletivo de namoro entre as adolescentes. Ao tentar suprimir a sexualidade, tentando enquadrá-la em um modelo universal de educação para a vida, a instituição acaba por encenar a desconexão citada por Freud entre uma geração e outra, ou ainda, entre os jovens e os adultos. Fundamentalmente, ao tentar erradicar a dimensão pulsional que escapa ao sentido, o que a instituição provoca é a sua irrupção, de forma drástica e generalizada.

Freud, em “*Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*” (1905/1997), introduz uma nova forma de se pensar a sexualidade, em contraposição aos autores de sua época que classificavam como aberração toda manifestação de vida sexual que não culminasse no ato sexual com o sexo oposto com a finalidade de perpetuação da espécie. Aqueles que tinham como alvo e como objetos sexuais modelos divergentes do “natural”, eram nomeados como

“aberrações”. As manifestações sexuais ainda hoje podem ser interpretadas como transgressões, mesmo nas unidades socioeducativas. A unidade socioeducativa é regida por uma moral religiosa, evidente em seu nome e presentificada no cotidiano institucional através dos modelos transmitidos sobre o que é ser homem ou mulher. O fato de uma adolescente experimentar algum tipo de relação sexual ou afetiva com outra adolescente do mesmo sexo é visto como abominável para a maioria dos funcionários, principalmente por parte da equipe de segurança, que toma essa manifestação sexual como algo muito mais grave que o próprio ato infracional cometido pela jovem. Esse fenômeno grupal de enamoramento entre as adolescentes acarreta enorme mal-estar na instituição, que, por sua vez, reforça um posicionamento cada vez mais duro por parte da equipe, o que só reforça o fenômeno.

Freud causa um mal-estar na sociedade de sua época ao dizer que as vias perversas de satisfação⁵ da pulsão fazem parte da sexualidade normal e estão presentes desde a infância. O autor, nos *“Três ensaios”* (1905/1997), inicia a discussão sobre as aberrações sexuais através do mito da origem sexual humana:

A teoria popular sobre a pulsão sexual tem seu mais belo equivalente na fábula poética da divisão do ser humano em duas metades - homem e mulher - que aspiram a unir-se de novo no amor. (FREUD, 1905, p. 128)

Freud chama atenção para os equívocos em relação ao mito popular sobre a sexualidade, pois, ao contrário do mito, ele considera que a pulsão sexual não tem um objeto específico – o sexo oposto – e que não são raros os casos nos quais o objeto sexual não está no outro, e sim, no mesmo sexo. Segundo Serge André (2011), em seu livro *“O que quer uma mulher?”*, o objeto da pulsão é fundamentalmente assexuado; a sexualidade humana não está ligada a uma diferenciação entre os sexos no inconsciente, a pulsão busca satisfação, independente do sexo do objeto.

Freud defende a importância de se discutir a questão dos “invertidos” ou “de sexo contrário”, pois vê elementos similares na eleição dos objetos pelos invertidos e na constituição da vida anímica normal, o que o leva a considerar uma pré-disposição do ser humano à bissexualidade⁶. Ele classifica os “invertidos” em três categorias: “invertidos

5 As vias perversas de satisfação são entendidas por Freud como a satisfação obtida com o corpo, que não leva ao coito.

6 O sentido do conceito de bissexualidade irá se alterar ao longo da obra freudiana, inicialmente, na primeira publicação dos *“Três ensaios...”* (1905/1997), o termo equivale à presença no mesmo indivíduo do masculino

absolutos”, que só mantém relações sexuais com pessoas do mesmo sexo; “invertidos anfígenos”, que são os hermafroditas; e os “invertidos ocasionais”, que na falta do sexo oposto – em certas condições de inacessibilidade do objeto sexual – e em caso de imitação, podem ter como objeto pessoas do mesmo sexo.

Na vida de muitos outros é possível indicar as influências externas favorecedoras e inibidoras que levaram, em época mais prematura ou mais tardia, à fixação da inversão relacionamentos exclusivos com o mesmo sexo, companheirismo na guerra, detenção em presídios, os riscos da relação heterossexual, celibato, fraqueza sexual, etc. (FREUD, 1905, p. 132)

Freud considera que não são todos os casos de sujeitos que são submetidos a essas situações externas de privação do outro sexo – citadas acima, tais como: masturbações coletivas e seduções, comuns na infância – que se tornam invertidos ou invertidos permanentes, o que o leva a concluir que não é possível criar uma teoria geral para todos os casos. Essa proposição freudiana nos dá indicações que, de certa forma, o fator restritivo territorial, presente na internação facilita a inversão, mas não é determinante para a fixação dessa inversão, seu caráter pode ser provisório, assim como atestam as jovens no centro de internação; trata-se de um arranjo temporário para viver a pulsão.

Freud incluiu, no texto acima, várias notas de rodapé, após sua primeira publicação, em 1905, descrevendo os avanços obtidos pela teoria psicanalítica ao longo dos anos. Para ele, foi fundamental trabalhar neste texto a economia dos investimentos libidinais nos objetos, para que, assim, pudesse elaborar os conceitos de Complexo de Castração e Édipo. A partir daí, ele pôde avançar em sua teorização sobre a função da organização genital na constituição das teorias infantis acerca da diferença entre os sexos, e os impasses nas escolhas objetais para constituição da identidade sexual. Para o autor, constitui-se como um impasse para a menina ter de abandonar sua principal zona genital, ou seja, o prazer obtido com o clitóris, e deslocá-lo para a vagina, sendo isso necessário para tornar-se uma mulher. Assim, Freud percebe que as inversões já estão presentes na infância, entretanto, neste artigo, a inversão ainda se apresenta como um enigma, ou seja, ele se detém na questão sobre o que levaria o sujeito a abandonar seus investimentos libidinais e trocar de objeto ao longo da vida.

No segundo capítulo de os “Três ensaios”, o autor aborda a infância, através de suas

e do feminino. Em uma nota acrescentada em 1915, o termo irá remeter a uma dualidade presente em homens e mulheres, em que os sujeitos apresentam posição masculina-ativa e a posição passiva-feminina.

observações clínicas, e diz que a criança apresenta uma disposição “perversa polimorfa”, pois obtém satisfação por meio de objetos pré-genitais da pulsão, ou seja, a satisfação na infância é autoerótica, satisfaz-se no próprio corpo. Esta fase serve como organizadora da realidade psíquica, influenciando as escolhas futuras que ressurgem na puberdade, seja para negar essas escolhas ou confirmá-las. Inicialmente, na infância, os pais – ou aqueles que assumem essa função –, ocupam um lugar de referência. Serão as fontes de satisfação do bebê ao alimentá-lo, que se transformam em traços inconscientes. O corpo infantil é erogenizado, determinando a forma como o sujeito é visto pelo Outro e por ele próprio.

Em 1923, no texto a “A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade” (1923/1980a), Freud avança em relação à teoria da sexualidade e revê a função do falo nas teorias infantis de significação dos sexos, que se torna o operador das identificações. Freud localiza o falo como o ponto central das identificações sexuais, formalizando a centralidade que a identificação sexual tem na estruturação psíquica. O autor destaca a existência de um só sexo, o falo, ou seja, os seres se dividem entre os que possuem ou não o falo. A menina toma conhecimento de seu sexo ao ver o clitóris como um falo castrado, tomando conhecimento de seu sexo como uma ausência.

Para ela, ser mulher ainda não é sinônimo de não ter pênis... Em tudo isso, os órgãos genitais femininos jamais parecem ser descobertos... o estágio seguinte da organização genital infantil, sobre o qual agora temos conhecimento, existe masculinidade, mas não feminilidade. A antítese aqui é entre possuir um órgão genital masculino e ser castrado. (FREUD, 1923/1980a, p 160.)

Os destinos dados para os objetos na infância são fundamentais na formação das identificações sexuais. Em seu outro artigo, “A dissolução do complexo de Édipo” (1925), pela primeira vez, o autor dá ênfase ao curso diferente tomado entre meninas e meninos. Ele afirma que o Édipo é o fenômeno central no período sexual da primeira infância, determinando destinos diferentes entre os sexos. Para Freud, o Complexo de Édipo é o tempo no qual a criança substitui a satisfação nos objetos pré-genitais, alcançando duas possibilidades de satisfação: uma ativa, ao identificar-se com o pai, assumindo uma posição masculina, outra passiva, ao identificar-se com a mãe, assumindo uma posição feminina. O Complexo de Édipo se dá de forma diferente em meninos e meninas, apesar de Freud não poder afirmar naquela época, com exatidão, tais diferenças. Em 1931, no texto “Sexualidade

feminina”, ele constrói o Complexo de Édipo feminino e explicita tais diferenças.

Ele compreende que o processo de identificação sexual da menina apresenta-se como um enigma, pois, durante as fases do desenvolvimento ela irá alternar o objeto de amor. Mas, como se estabelecem as diferenças sexuais no psiquismo? Como se constitui uma mulher, já que, como formulado por Freud, no início só existe o falo? O que faz um sujeito, que nasce biologicamente mulher, se identificar como uma? O que leva o sujeito a fazer essa inversão de objeto no psiquismo, para a constituição da sua identidade sexual?

Se uma menina persiste em seu primeiro desejo – transformar-se em menino – em casos extremos, acabará homossexual manifesta, ou, doutra maneira, apresentará traços marcadamente masculinos no encaminhamento de sua vida futura, escolherá uma vocação masculina, e assim por diante. O outro caminho é feito através do abandono da mãe que amou: a filha, sob a influência de sua inveja do pênis, não pode perdoar à mãe havê-la trazido ao mundo tão insuficientemente aparelhada. Em seu ressentimento por isto, abandona a mãe e coloca em lugar dela outra pessoa, como objeto de seu amor - o pai. Se se perdeu um objeto amoroso, a reação mais óbvia é identificar-se com ele, substituí-lo dentro de si própria, por assim dizer, mediante a identificação. (FREUD, 1938 p. 206)

A menina irá prescindir de sua identificação com a mãe para se ligar a ela, colocando-se no lugar dela junto ao pai. Esse movimento se dá por ressentimento pelo pênis que lhe foi negado. A menina passa, então, a desejar do pai um pênis (falo), desejo que se desloca para ter um filho dele. A conclusão do complexo de castração feminino, a falta do pênis, irá lançá-la no complexo de Édipo. O autor descreve três possibilidades para a falta do falo na mulher: renúncia, masculinidade e feminilidade. A feminilidade é alcançada através do reconhecimento da castração; o filho poderá ser esse substituto. Freud, no texto “Sexualidade feminina” (1931), comenta que a relação da menina com o pai e com outros estará, de certa forma, sempre ligada à relação com sua mãe, pois, para tornar-se mulher, ela deverá identificar-se com aquilo que foi perdido: a representação do que é ser mulher.

Jacques Lacan, anos mais tarde, formula no “Seminário IV” (1995), a relação da menina com o falo, e diz que o que se ama na mulher é o que lhe falta. Ou seja, durante o seu desenvolvimento, a menina deverá construir essa representação perdida do que é ser uma mulher, buscando em outras mulheres traços para se identificar. O processo de identificação

passa por essa perda da mulher como objeto de amor, e na adolescência a menina irá reviver esses conflitos edípicos da falta de representação da mulher. Uma das formas de resposta à pergunta "o que é uma mulher?" será a identificação com outra menina, identificação esta que muitas vezes transforma-se em um tipo de amor ao que se deseja ser; o falo. A identificação fálica surge aí como uma possibilidade de a menina tentar responder ao enigma sobre a sexualidade feminina. Mesmo que essa identificação fálica seja insuficiente, ela pode cumprir alguma função. Amar a outra, às vezes, significa querer estar no lugar desta, como forma de tentar responder ao enigma sobre a sexualidade da mulher, lugar onde permanece um vazio de significação, uma vez que a representação que se tem é o da mãe, que se difere da Mulher.

Na terceira parte dos "*Três ensaios...*", Freud (1905), ao abordar a puberdade, comenta que o *puber* irá atualizar os complexos edípicos, uma vez que um novo corpo oferece ao adolescente a possibilidade de dar um destino não perverso à pulsão sexual, podendo agora chegar "às vias de fato". Assim, Freud comenta que nesse encontro com o sexo, algo da ordem do inesperado, do novo, irá provocar angústia, que exigirá do adolescente um novo posicionamento sexual. Freud acrescenta que as condutas sexuais só serão definitivas após a puberdade, resultantes de fatores estruturais – e em parte acidentais –, e que alguns desses fatores podem decidir o posicionamento sexual. Ou seja, na adolescência, as moças são levadas a se confrontarem com uma questão fundamental em relação ao Édipo feminino, que consiste em se tornar uma mulher.

Para Freud (1905), a puberdade configura-se como o tempo em que o jovem terá um novo encontro com a organização da sexualidade. Nesse momento, as pulsões irão convergir para o objeto sexual, o jovem irá contar com um novo corpo. O autor acrescenta que somente na puberdade os caracteres sexuais irão estabelecer a separação nítida entre masculino e feminino, além do que, as pulsões, que antes estavam dispersas, irão convergir para os genitais. Trata-se de colocar à prova todas as configurações que a fantasia possibilitou, inclusive da imagem do Eu, que irá sofrer alterações. Um novo corpo se desenvolveu, novas identificações serão assumidas a partir da entrada dos jovens nos grupos. Freud (1921) destaca a importância das identificações nos grupos, pois sua influência é capaz de moldar o ego e até possibilitar a mudança na eleição do objeto sexual.

Freud (1905) afirma que o maior trabalho do *puber* está no campo da representação. A jovem irá consolidar a escolha de objetos, há um retorno às investigações infantis da sexualidade, sendo que grande parte das realizações da vida sexual na puberdade irá acontecer no campo da fantasia. No tempo da adolescência, o corpo de menina transforma-se em

mulher. A jovem depara-se com a impossibilidade de responder ao enigma do feminino. O encontro com o novo irá despertar a pergunta: o que é uma mulher?

A teoria psicanalítica sobre a feminilidade nos auxilia a pensar o fenômeno estudado. Como descrito no primeiro capítulo, as jovens que namoram na internação, muitas vezes não se encontram, o namoro acontece “aos gritos” nas janelas dos alojamentos e através de cartas secretas. A unidade socioeducativa tenta dificultar os encontros entre as jovens, mas, essa tentativa de separação tem efeito contrário. A instituição busca evitar as grandes aglomerações, os grupos de jovens são divididos ao máximo possível. Assim, algumas jovens, apesar de passarem três anos na mesma instituição, encontram-se poucas vezes. Alguns namoros acontecem à distância. Através de declarações aos gritos e de cartas escondidas, as jovens se comunicam e cultivam uma paixão que, quanto mais distante, mais fortalecida se torna. Curiosamente, quando se encontram ou passam a ficar juntas por uma exigência institucional, como para a reorganização do espaço físico, as brigas começam e o namoro termina. Tal fato nos mostra que a paixão se sustenta no campo da fantasia e se fortalece com a sua impossibilidade de realização. Como foi visto, grande parte das realizações da vida sexual na puberdade irá acontecer no campo da fantasia.

Assim como assinala Freud (1905), a puberdade é um retorno das fantasias incestuosas, no entanto, o despertar das fantasias sexuais esbarra na barreira da interdição do incesto. Assim, os jovens devem deslocar o desejo sexual para outros objetos.

Diante da inexistência um saber que os oriente sobre o que fazer diante do outro sexo, os jovens adiam esse encontro, passando a sonhar com o amor proibido, impossível. Esta é a maior função da fantasia na puberdade, evitar o confronto com a impossibilidade da relação sexual.

Lacan aborda brevemente o tema da adolescência em alguns de seus textos, como no “Prefácio ao despertar da primavera de Wedeking” (2003), ao tratar da impossibilidade da relação sexual. O adolescente é confrontado com a impossibilidade de completude no encontro com o outro sexo, em outras palavras, com a falta de um saber prévio que possa prepará-lo para esse acontecimento. As fantasias infantis do sujeito e os significantes fornecidos pelo Outro familiar são falhos para dar conta do excesso pulsional que retorna de forma impositiva na adolescência. Esse encontro com o real do sexo, com algo novo⁷ desperta angústia no sujeito, forçando a construção de uma resposta diante da escolha sexual. O

7 Segundo STEVENS (2004) o Real aparece de várias maneiras ao longo do ensino de Lacan, umas das principais leituras é: “aquilo o que a fantasia não recobre”, encontro com o novo, o qual o simbólico não pode recobrir, o sujeito ainda não significou, essa referência Lacaniana é encontrado em seu Seminário XI.

adolescente se depara com a impossibilidade da estrutura da linguagem em abordar o real. Há o despertar da pulsão de morte, quando a linguagem não consegue recobri-la. O adolescente deve fazer uma escolha pela vida ou pela morte. Como na peça de Wedeking, um dos protagonistas escolhe a morte e o outro, a vida. O “puber” vacila quanto às escolhas anteriores, fica em dúvida quanto a sua eficácia, mesmo que elas sejam confirmadas. Diante do despertar do desejo e das fantasias sexuais, o adolescente se depara com a questão: O que é ser homem, o que é ser uma mulher? As respostas anteriormente construídas não conseguem dar conta desse excesso pulsional que desperta com toda a sua potência.

Para Stevens (2004), a adolescência é a idade de uma grande variedade de respostas possíveis a esse impossível que é o surgimento de um real próprio da puberdade. Ele define a adolescência como um tempo para várias possibilidades do lado da resposta sintomática do sujeito, ou seja, o sujeito ainda não se decidiu sobre as escolhas, que pode assumir formas variadas, frente ao impossível de responder com as fantasias infantis construídas no Édipo.

Para o autor, a adolescência é uma resposta sintomática do sujeito frente à puberdade, definida como a transformação biológica do corpo. Na adolescência, o sujeito deve construir uma nova identidade sexual, fazendo a sua escolha de objeto, assim como conserva suas modalidades de gozo e se posiciona frente ao social.

Se a adolescência é o confronto com o real do sexo, de que real se trata? Stevens vai localizar adolescência a partir de três noções de real na teoria de Lacan: 1) Como articulável na disjunção da imagem e da identificação simbólica, que se intensifica no momento da adolescência. 2) Como aquilo que não tem nome, que irrompe quando há uma desorganização da imagem corporal. 3) Como a não-relação sexual que faz retorno na puberdade. Para Stevens, a puberdade é uma série de escolhas sintomáticas diante do impossível do real da puberdade. Em relação às identificações na adolescência, o autor comenta que, diante do confronto com o vazio da estrutura, o sujeito precisa inventar identificações imaginárias ou simbólicas para tratar o gozo, sendo esse o fundamento dos grupos de adolescentes.

Existe, pois, outra função desta identificação das adolescentes com o significante sapatão, que não está relacionada à instituição, mas ao enigma sobre o feminino, inerente a toda mulher. Diante da questão sobre o que é ser uma mulher, indagação que surge no confronto com o real do sexo, na puberdade, a identificação histérica é uma saída possível. A histérica busca essa resposta em outra mulher, que supostamente teria a chave do enigma. Na identificação histérica, não se trata de ter o que a outra tem, mas de ser o que a outra é. Brousse (2011) comenta, a partir do texto freudiano, que a histérica, como sujeito dividido,

não sabe o que a outra é. Assim, ela se apropria do significante por não poder responder ao enigma. Ela toma um significante porque é o único que está à disposição. Ela se identifica com o significante através do qual se obtém uma identidade. No caso aqui comentado, trata-se, pois, de identificar-se com outra mulher na instituição que sabe o que é ser uma mulher.

A partir das reflexões acima, podemos chegar a algumas conclusões sobre a função da identificação com o significante sapatão para as adolescentes na instituição:

1. O laço que as une é da ordem da identificação e não do amor;
2. Trata-se de uma forma de contágio, que atinge a todas, a partir da identificação;
3. O tipo de identificação que ocorre entre as jovens é a identificação histórica, a identificação ao desejo do Outro;
4. O laço entre as mulheres se constitui em função do objeto *a*, remetendo a identificação ao seu caráter pulsional;
5. A identificação visa a inserção do sujeito na instituição, e, paradoxalmente, a sua separação do Outro institucional;
6. A identificação histórica é uma tentativa de responder ao enigma sobre o feminino, com o qual a adolescente se depara no encontro com o real do sexo;

Mas, veremos no outro capítulo que, para além dessa via identificatória, as adolescentes visam, com os seus atos, apontar para uma impossibilidade de se nomear algo que não se inscreve pela via simbólica. Parte da subjetividade resiste à alienação significante, apontando para a dimensão singular do gozo.

3. O FURO NO OLHAR: o feminino para além das identificações

Como vimos no segundo capítulo, a identificação exerce um papel fundamental para as adolescentes em cumprimento de medida na instituição socioeducativa. Ressaltamos como a identificação possibilita que as jovens encontrem uma maneira de responder, mesmo que de forma parcial, à irrupção de um real próprio da puberdade, e a contrapor-se ao ideal de homogeneidade da instituição.

A instituição inaugura uma modalidade de controle orientada por um ideal de coletivo em que não há espaço para diferença. O tratamento, as roupas, a rotina, tudo deve ser padronizado. A dimensão privada é praticamente anulada, tudo deve tornar-se público através da vigilância generalizada.

O ideal de homogeneidade serve a uma ética utilitarista que propõe um estilo de vida comum a todos, com a promessa de se alcançar uma harmonia social, o que inclui uma moral sexual. A fim de que se alcance um suposto ideal de felicidade, a lógica do coletivo é privilegiada, em detrimento das escolhas singulares.

A identificação das jovens ao significante "sapatão" é uma lógica de grupo, pois supõe uma inclusão no grupo de adolescentes, mas, paradoxalmente, visa escapar desse aprisionamento institucional, como uma tentativa de particularização nesse universo de iguais.

Em toda identificação existe a dimensão de gozo. Podemos dizer que a instituição impõe um modo de gozo comum a todas. Todas devem se identificar com o significante "infratora", que remete à infração cometida antes da internação e que implica certo tipo de gozo. No entanto, elas não querem tratar disso, mas sim de suas querelas amorosas na instituição. Temos como uma das hipóteses de nossa pesquisa que a identificação com o significante "sapatão" surge das jovens em resposta à tentativa da instituição de suprimir todas as modalidades de gozo que diferem do padrão institucional. A oferta identificatória da instituição "infratora" é recusada pelas jovens. As jovens identificam-se com a nomeação criada por elas, que fura o controle institucional. A instituição aparece não-toda. O fenômeno continua a se propagar ano após ano na instituição, desde a sua inauguração. As técnicas de vigilância, previsão e controle falham em conter as manifestações de sexualidade das adolescentes.

A instituição busca suprimir toda e qualquer manifestação sexual das jovens naquele espaço, no entanto, elas passam a ser reconhecidas na instituição através de seus comportamentos sexuais e amorosos. Esse comportamento porta um caráter de transgressão,

de infração à moral sexual vigente, o que reafirma a sua identidade de “infratora”. Mas, a infração aqui diz respeito às condutas sexuais moralmente aceitas, e não à prática cometida antes da internação. Essa resposta da jovem evidencia o fracasso da instituição, tanto em impor um modo comum de gozo, quanto em estabelecer parâmetros de normalidade no campo sexual.

Diante da impotência institucional, não-toda no controle das jovens, o fenômeno parece configurar-se como um ato de resistência política às rotinas e às regras vigentes, o que desvela um impossível de governar. Podemos perceber um valor político nesta resposta das jovens, ao tentarem instaurar uma brecha no domínio institucional.

A identificação introduz uma possibilidade da singularidade, uma vez que podemos precisar, com teoria freudiana da identificação, o caráter pulsional contido no processo de identificação, que remete ao que há de mais singular para cada sujeito, sua economia de gozo. Apesar de cada adolescente afirmar manter um relacionamento com outra jovem na instituição, cada uma apaixona de forma própria. Diante do encontro com real sexual recém-desperto na adolescência, não existe uma fórmula universal que possa encarcerar todo o excesso pulsional.

Podemos perceber através da vivência institucional que não existe uma maneira universal de se apaixonar, ou de se relacionar. As histórias contadas por essas jovens nos atendimentos clínicos atestam que, para cada jovem, o desenrolar desse namoro é diferente, assim como a sua significação. O namoro apresenta-se, pois, de forma paradoxal, pois, ao mesmo tempo em que todas as jovens tornam-se “sapatão”, é uma maneira de se “matar o tempo” na instituição, que também significa resolver-se por si próprio, buscar a satisfação pulsional. Do ponto de vista institucional, a maquinaria se apoia na universalização e na disciplina para manter o controle na instituição, mas as adolescentes criam, com os seus atos de transgressão, brechas nesse domínio. A variação faz com que a universalização fracasse.

O panóptico é uma máquina de fazer ver sem parar, classificar, individualizar, vigiar, para calcular o que, ou quem convém à moral institucional a ser controlado. O cálculo institucional precisa dessa classificação generalizante, seus esforços vão ao sentido de banir a contingência, para que nada, nem ninguém fuja ao cálculo. Mas, as respostas das jovens furam todo cálculo.

Assim, o namoro entre as jovens nos leva em direção ao impossível de ser controlado, a um real pulsional que escapa à lógica significativa. O real recém-desperto na puberdade remete à pergunta sobre o feminino: o que é ser uma mulher? Não existe um significativo que

defina o ser mulher. Esse é o enigma do feminino.

A forma identificatória é sempre uma resposta a um Outro de uma época. O ser mulher toca o gozo impossível de dizer, por isso as formas históricas como respostas. O significante “sapatão” aparece como uma das “fôrmas” históricas. A resposta histórica é uma resposta a um Outro de uma época, uma tentativa de dar forma ao enigma do feminino.

É o que resta a fazer com esse impossível de dizer. A identificação fálica faz uma função, pode alocar alguma cota deste excesso pulsional, obtendo alguma satisfação, mas não o neutraliza por completo. O determinismo do gozo insiste em se escrever, ele não reconhece uma forma única de satisfação. Não encontraremos uma resposta generalizada para a matéria que toca o gozo.

Essas conclusões parciais nos conduzem a algumas reflexões nesse terceiro capítulo. Consideramos que essa resposta coletiva insere-se no campo das identificações; ao mesmo tempo em que a adolescente busca inserir-se no campo do Outro pela via significante (identificação ao significante “sapatão”), ela visa escapar ao domínio do Outro institucional, ou seja, do significante ofertado pela instituição para a sua identificação. Se toda identificação comporta um tipo de gozo, essa é uma resposta ao delírio do Outro institucional que deseja regular todo o gozo, banir o acaso, a diferença dos modos de vida e a singularidade.

Essa identificação é também uma resposta histórica ao confronto com o feminino, uma forma de não se haver com o que é propriamente feminino. Se o feminino envolve o reconhecimento da falta a ter, a identificação com o significante “sapatão” é uma recusa da falta a ter.

Para Soler (2005), a diferença entre a histórica e a mulher (ou o feminino) se apresenta em relação à posição diante do falo, “ser ou ter o falo”. Na histórica fica acentuada a sua identificação com o homem, ela identifica-se com o “ter fálico”, aquele insatisfeito, que não é pleno, cujo gozo é castrado. Já a mulher, diante da falta a ter, busca “ser o falo”. Soler utiliza a fórmula da fantasia para explicitar a posição do homem e da mulher na relação sexual. O homem se coloca na posição de fazer semblante de ter o falo, enquanto a mulher se coloca na posição de fazer semblante de ser o falo.

O falo é a referência necessária para essa diferenciação, o que demarca a localização da mulher no campo fálico. No entanto, o gozo feminino é não-todo fálico. O enigma do feminino não encontra a fôrma significante que o aquiete, não se pode neutralizar esse impossível de generalizar pela via das identificações.

Discutiremos, assim, as respostas das adolescentes para além do campo das

identificações, articulando-as com o que há de propriamente feminino. Ou seja, parte da resposta insere-se no campo masculino, na ordem das identificações, mas existe algo nesta resposta que extrapola a lógica masculina. Para isto, será necessário esclarecer brevemente as formulações de Lacan sobre as duas modalidades lógicas de gozo.

A segunda leitura, portanto, estará relacionada à teoria lacaniana da sexualização⁸ no ser falante. Ela será trabalhada a partir da bipartição nas modalidades de gozo, uma do lado masculino (domínio fálico, limitado, localizado) e a outra, do feminino (impossível de se inscrever todo no campo fálico, não-todo) que abordaremos nesse capítulo, especialmente através dos textos de Lacan, "O Aturdido"(1972/2003) e o Seminário 20, "Mais ainda"(1972-73/1985), e de seus comentadores.

Essa segunda leitura nos ajudará a avançar em relação a um problema relacionado ao Outro institucional, que tem como objetivo erradicar todo o gozo, a serviço do útil. Pretendemos relacionar o fracasso institucional no controle totalitário com a impossibilidade lógica de se apreender o ser feminino através da função fálica (aqui representada pelas regras e normas). Parece-nos verdadeiro afirmar que a instituição, ao tentar suprimir todas as manifestações da sexualidade através da vigilância, provoca a irrupção de gozo de forma drástica. O corpo (das adolescentes) aparece como objeto impossível de se conter, que escorrega das contenções dos agentes, se agita e enlouquece. A voz (a gritaria, a falação, a fofoca), retorna como um objeto destacado do corpo, e incide sobre os agentes socioeducativos deixando-os loucos, desorientados, o que leva a maquinaria a "desfuncionar".

3.1 Duas modalidades lógicas de gozo.

Freud, em "Três ensaios sobre a teoria da sexualidade" (1905/1996), irá acentuar uma diferença radical em relação ao conhecimento popular sobre a sexualidade humana. Acredita-se popularmente, mesmo depois de 100 anos da publicação desse texto, uma "naturalidade" em relação à sexualidade humana, que pode ser comparada à dos animais, onde macho e fêmea estão programados para a procriação. Freud irá se opor totalmente a esta posição, ao estudar a sexualidade e constatar os paradoxos na construção da identidade sexual humana. O autor, ao estudar os mecanismos envolvidos na formação da identidade sexual, vai concluir

⁸ O conceito de Sexualização foi introduzido por Lacan em seu texto "o Aturdido" (1972), trata-se da apropriação que Lacan faz de alguns conceitos da matemática (teoria dos conjuntos) e da lógica (Aristóteles) para reinterpretar o mito do Édipo. Assim a incidência da castração leva o ser falante a identificar-se com a função fálica para situar o masculino e o feminino.

que até mesmo no inconsciente não existe tal determinação correlata entre os sexos. Ele irá encontrar no inconsciente o rastro da satisfação pulsional através de seus objetos parciais: Oral, Anal, Invocante e Escópica, marcas mnêmicas marcadas no inconsciente através da satisfação obtida pelos orifícios do corpo.

No humano falta a pulsão genital, que poderia remeter cada sujeito a seu parceiro sexuado. Essas questões encaminham Freud a pensar o Complexo de Édipo, a Castração e o falo, como os mecanismos responsáveis pela formação da identidade sexual no ser falante. Mesmo esse avanço não poupou Freud de impasses. Ele descobriu que o processo de constituição da sexualidade em homens e mulheres se dava de forma diferente. A renúncia de satisfação com o objeto primordial – a mãe – e a identificação fálica como solução diante dessa falta de satisfação, produzia um homem, mas é incorreto afirmar o mesmo processo na mulher, principalmente com relação à identificação fálica. Lacan, ao fazer a releitura desse modelo edípico, tenta responder à pergunta sobre o feminino, fazendo referência à lógica do inconsciente:

Eu empurro para mais longe, até o ponto em que se está agora, dizendo que o inconsciente é estruturado como uma linguagem. A partir daí, essa linguagem se esclarece sem dúvida por se colocar como aparelho do gozo. Mas, inversamente talvez o gozo mostre que, em si mesmo, ele está em falta-para que isto seja assim, é preciso que alguma coisa manque. (LACAN, 1972-73/1985, p76.)

Na teoria Lacaniana, o inconsciente é regido segundo a lógica da linguagem. Essa formulação encaminha Lacan a pensar a lógica como mecanismo para regular o gozo dos corpos. Assim ele irá reformular a diferença entre os sexos através da oposição de duas lógicas: "todo-fálico" e "não-todo fálico":

Se recorri este ano ao primeiro, ou seja, à teoria dos conjuntos, foi para nela situar a maravilhosa e florecência que- por isolar na lógica o incompleto do inconsciente, o indemonstrável do refutável, ou até acrescentar-lhe o indecidível, por não conseguir excluir-se da demonstrabilidade imprensa-nos tanto na parede do impossível, que se emite o "não é isso", que é o vagido do apelo ao real. (LACAN, 1972/2003, p.451-52)

Lacan, especialmente em "O Aturdido" e no "Seminário XX", vai sustentar a tese sobre o ser feminino estar "não-todo" enquadrado no Édipo, ou na lógica fálica. Ou seja, o feminino, para Lacan, não corresponde à mulher freudiana, identificada à mãe e à determinação do falo.

O complexo de Édipo inscreve a função fálica, como efeito da castração. A castração assim como conceituada por Freud é uma operação de restrição, faz limite ao gozo. Ao mesmo tempo, possibilita que os homens se identifiquem como aqueles quem têm o falo, constituindo a categoria do universal: "todos os homens". No texto "O Aturdido (1972/2003)" o autor afirma que o gozo feminino não está determinado pela função fálica. A castração, mesmo que opere na mulher, não consegue recobrir todo o ser feminino, algo do gozo resta não submetido ao significante.

A linguagem dá ao ser falante o acesso ao gozo ao mesmo tempo em que o restringe. Mas, encontramos em Lacan uma exceção, o enigma do gozo feminino que não se submete à função fálica por completo. É necessário inicialmente precisar a categoria lógica criada por Lacan do "não-todo" para localizar, em relação a um universal da castração, o masculino na identificação fálica e o feminino para além do todo fálico.

Através do que Lacan chamou de "Tábua da sexuação", apresentada por ele no seminário XX, "Mais, ainda..." (LACAN, 1972-73/1985), iremos precisar a discussão lacaniana sobre a partilha sexual.

3.2 A tábua da sexuação

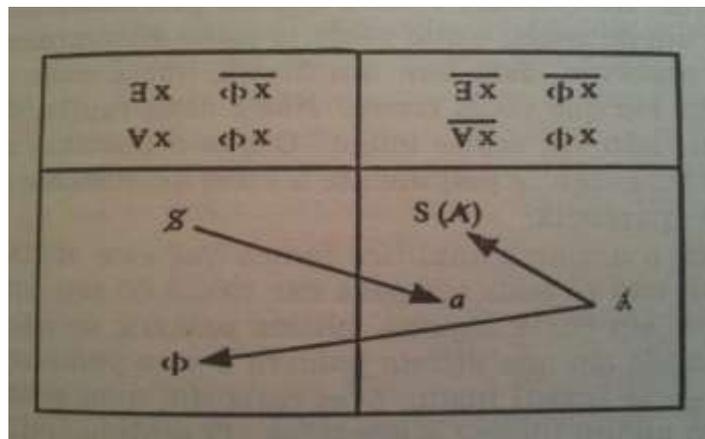


Figura 5: Tábua da Sexuação
Fonte: Seminario XX de Lacan, página 105

A tábua da sexuação é uma representação gráfica das quatro fórmulas proposicionais,

ou matemas. Elas representam um esforço de transmissão integral do ensino de Lacan através da lógica e da matemática. Segundo Stenner (2011), Lacan lançou mão da matemática, pois acreditava que ela podia trazer uma relação sem ambiguidades com a linguagem. Assim, ele irá recorrer a algumas formulações de Gottlob Frege⁹. A matemática de Frege está localizada na parte de cima da tábua. Na parte de baixo, Lacan vai recorrer às proposições de Aristóteles.

A lógica de Frege introduz os quantificadores existenciais, (existe x) e os quantificadores universais (para todo x), que são relacionados a uma função (Fx). Em Aristóteles encontramos a lógica do universal, presente nas quatro proposições categóricas: 1) Todo homem é mortal; 2) Todo homem não é mortal; 3) Algum homem é mortal; e 4) Algum homem não é mortal. Essas quatro categorias de Aristóteles serão trabalhadas por Frege através dos quantificadores universal e existencial:

- x : Todos os homens, "para todo x ".
- $\$$: Algum homem, "existe ao menos um".
- fx : "Algum homem é mortal".
- Fx : "algum homem não é mortal".

Lacan irá apropriar-se da construção de Frege para criar a categoria do "não-todo" e introduzir a dimensão do sujeito barrado. O falo será o quantificador universal. Através dessa lógica matemática, o homem e a mulher se localizam diferentemente em relação ao falo. Como poderemos ver na tábua, existe uma diferença em relação à localização fálica no masculino e no feminino.

Que tudo gera ao redor do gozo fálico, é precisamente o de que dá testemunho a experiência analítica, e testemunho de que a mulher se define por uma posição que apontei como não-todo no que se refere ao gozo fálico. Vou um pouco mais longe – o gozo fálico é o obstáculo pelo qual o homem não chega, eu diria, a gozar do corpo da mulher, precisamente porque o de que ele goza é do gozo do órgão. (LACAN, 1972-73/1985, p.15).

Na parte de cima estão as quatro proposições lógicas, duas à esquerda e duas à direita, nelas estarão contidas as formulações de Lacan. Todos os seres falantes se localizam à esquerda (masculino) ou à direita (feminino). Primeiramente, iremos descrever cada um dos termos das equações, e assim discutir a lógica contida em cada um e como esses termos se

⁹ Friedrich Ludwig Gottlob Frege (1848-1925) foi um teórico que trabalhava com conceitos da filosofia e da matemática, foi considerado depois Aristóteles como um dos precursores da lógica moderna.

interagem.

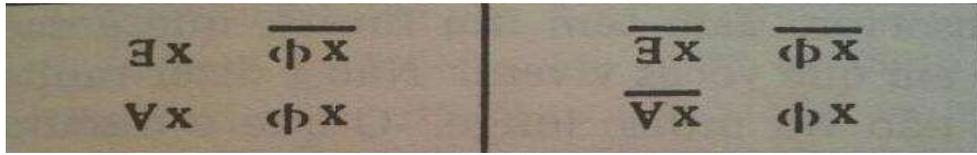


Figura 6: Parte de cima da tábua da sexuação

Os termos são:

- $\exists x$: Quantificador lógico existencial, significa "existe pelo menos um x".
 - $\overline{\exists x}$: Ao colocar a barra sobre o quantificador existencial, cria-se uma negação ao termo $\exists x$, significando assim uma negação deste termo. Logo, "Não existe nem mesmo um x".
 - Φx : A função fálica associada à castração simbólica.
 - $\overline{\Phi x}$: A barra traz uma negação ao termo, logo significa que a função fálica não opera.
 - $\forall x$: Quantificador lógico Universal significa "para cada x", ou "para todo o x".
 - $\overline{\forall x}$: A barra sobre esse quantificador significa "não todo x" ou "não todos os xs".
- Esse matema é frequentemente usado na obra de Lacan para designar o gozo do Outro, ou a estrutura feminina.

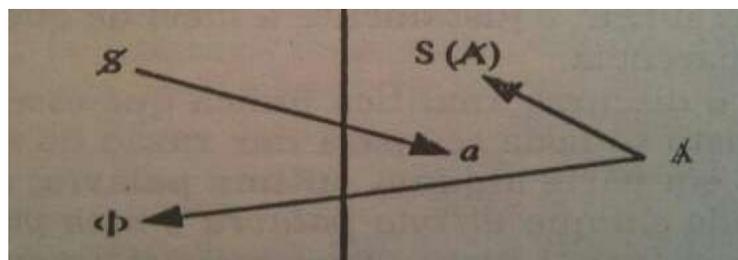


Figura 7: Parte de baixo da tabua da sexuação

- $\$$: O sujeito Barrado, ou sujeito dividido, lê-se o caractere como "S barrado". O sujeito barrado, ou o sujeito do inconsciente surge na articulação entre dois significantes.
- \overline{A} : Lê-se A barrado, o Outro incompleto estruturalmente.
- a: Lê-se o Objeto pequeno a, relacionado com as experiências de gozo ou a perda

dele, durante a obra de Lacan ele aparece hora como causa do desejo, e a partir do seminário X como condensador de gozo.

- Φ : O falo como significante simbólico do desejo ou gozo.
- $S(A)$: Significante que representa a falta no Outro.

Tendo apresentado os termos, iremos iniciar a discussão a partir do lado esquerdo da tábua. As fórmulas contidas na parte cima da tábua serão relacionadas com os símbolos que se apresentam abaixo.

3.3 O masculino

- Os homens são totalmente alienados à linguagem.
- Os homens estão sujeitados à castração simbólica.
- Os homens são completamente determinados pela função fálica.

A fórmula $\forall x \Phi x$, significa que o homem como um todo está determinado pela função fálica. Assim, o efeito da castração simbólica recobre todo o ser no homem, isso o define. Cada parte dele é determinada pela ação do significante: "O todo repousa, portanto, aqui, na exceção colocada, como termo, sobre aquilo que nega esse Φx , o nega integralmente" (LACAN, 1972-73/1985, p.107). A fórmula $\exists x \Phi x$, irá introduzir a exceção paterna ($\exists x$, *existe algum sujeito, Φx , em que a função fálica não opera*), assim como no mito freudiano do pai da ordem primeva em "Totem e Tabu" (1913/1985).

O pai primevo era o líder tribal, tinha um gozo irrestrito sobre as mulheres, enquanto o acesso ao gozo era barrado aos outros homens da tribo. O assassinato do pai, seguido da canibalização do mesmo, irá fundar a lei da interdição do incesto, a qual todos os homens foram submetidos, exceto o pai que está morto. A lógica empregada para formar o conjunto do "todos os homens", é a condição da exceção paterna, ela funda a regra, trata-se de uma totalização. É porque existe um homem (Pai), que não foi submetido à castração que todos os outros homens são castrados, ou seja, estão impedidos de gozar de todas as mulheres, em especial, da mãe e das irmãs.

3.4 O feminino

As fórmulas que irão designar o feminino estão na parte de cima da tábua à direita. Em relação ao feminino, Lacan (1972-73/1985) irá marcar uma impossibilidade de universalização, uma vez que a exceção no caso dela não existe, pois todas estão submetidas a castração, não existe exceção no caso delas, $\overline{\exists x \Phi x}$. O $\exists x$ define que não existe ao menos um x em que a função fálica Φx não se aplique. A outra fórmula, $\overline{\forall x \Phi x}$, indica que x é não todo determinado pela função fálica Φx , o que nos leva à estrutura do gozo feminino, chamado por Lacan de gozo suplementar:

Nem por isso deixa de acontecer que se ela está excluída pela natureza das coisas, é justamente pelo fato de que, por ser não-toda, ela tem em relação ao que designa de gozo a função fálica, um gozo suplementar. (LACAN, 1973/1985, p.99)

O ser feminino não repousa totalmente sobre a função fálica, é por essa fresta que a mulher tem acesso a um gozo que não é complementar, mas que está além daquele acessado pelo homem na função fálica.

3.5 A dissimetria entre os dois sexos

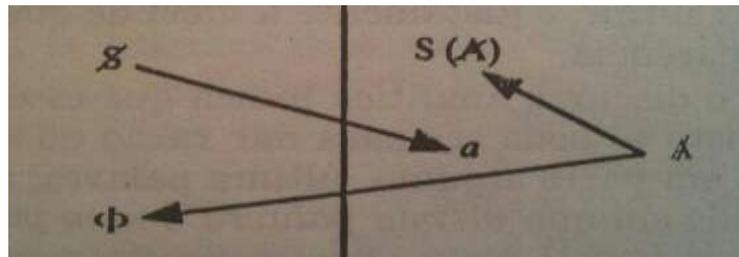


Figura 8: Parte inferior da Tabua

Ao retornamos a parte inferior da tábua podemos observar como os símbolos interagem para apontar a dissimetria entre os sexos. Fink (1998) afirma que podemos ver uma divisão lógica em relação aos registros na tábua. O que relaciona com o simbólico localiza-se do lado esquerdo (homem); o real está do lado direito (mulher). O \bar{A} barrado à direita significa que a mulher é não-toda, existe uma incompletude no seu ser, o que explica o frase lacaniana "A mulher não existe".

...quando escrevo $\overline{\forall x \Phi x}$, esta função inédita na qual a negação cai sobre o

quantificador ser lido não-todo, isto quer dizer que quando um ser falante qualquer se alinha sobre a bandeira das mulheres, isto se dá a partir de que ele se funda por ser não-todo a se situar na função fálica... A mulher, isto só se pode escrever barrando-se o A.(LACAN, 1972-73/1985, p.98)

Duas setas partem do \bar{A} , uma seta da direita para esquerda do \bar{A} , aponta para o Φ , o falo como significante do desejo, lado masculino, e a outra seta aponta para o $S(\bar{A})$, o significante da falta no Outro. O que demonstra que a mulher recebe o falo Φ , ou, os significantes do desejo da cultura através do homem, da identificação fálica, posicionado ao lado esquerdo. Essa duas setas que saem do \bar{A} barrado, mostram que a mulher tanto se relaciona com o falo acessado através do homem, quanto se relaciona com o significante da falta do Outro. Isto significa que ao mesmo tempo algo da mulher está determinado, mas por outro lado, existe um furo, uma incompletude no ser feminino. A incompletude no Outro implica no desejo, ou, só existe desejo onde há falta. Fink (1998) apresenta outra significação para o significante da falta no Outro. Segundo sua interpretação, no seminário XX, Lacan usa esse significante para designar o gozo feminino, ou o gozo do Outro, o que indica a relação da mulher com esse real, não subjetivado pela função simbólica:

Contrariamente ao que adianta Freud, é o homem – quero dizer, aquele que se vê macho sem saber o que fazer disto, no que sendo ser falante – que aborda a mulher, que pode crer que a aborda, porque com respeito a isto, as convicções, aquelas de que eu falava da ultima vez, as cão-convicções, não faltam. Só que, o que ele aborda, é a causa de seu desejo, que eu designei pelo objeto a. Aí esta o ato de amor... O ato de amor, é perversão polimorfa do macho, isto entre os seres falantes. (LACAN, 1972-73/198,p.98)

O homem constitui-se através da castração. Pela incidência da função fálica, ele tem acesso a um gozo fálico. Ou seja, a castração envolve uma perda de gozo, mas resta-lhe o gozo fálico, isso o define. O homem enquanto castrado não consegue acessar "A mulher", pois como podemos observar pelos matemas, no lado direito, ela não existe $S(\bar{A})$. O que resta ao homem? Transformar a mulher em sua causa de desejo, a mulher então se faz de objeto pequeno a , objeto de desejo de um homem.

A partir das proposições feitas por Lacan na Tábua da Sexuação podemos entender

como a estrutura do gozo na mulher possibilita o acesso a esse outro gozo, através dessa fresta, do não-todo fálico. O ser feminino aparece como um excesso pulsional, que extravasa a incidência da linguagem sobre o ser falante. A estrutura do gozo feminino marca essa impossibilidade estrutural da linguagem em neutralizar toda a pulsão através da linguagem. Essa leitura nos possibilita pensar o fenômeno socioeducativo. Ao relacionarmos a função fálica com o regimento institucional, com as regras que dão formato à instituição e que visam submeter o gozo à ordem significante, a resposta das jovens pode ser tomada como uma das manifestações desse gozo suplementar que não se submete à função fálica.

3.6 A mancha no olhar institucional

Para trabalharmos a maneira como as adolescentes resistem à ordem institucional, iremos recorrer a duas respostas por elas construídas:

- 1) A primeira refere-se à estratégia de resistência ao procedimento de contenção física, ensaboando-se, fazendo do seu corpo um impossível de conter.
- 2) A segunda refere-se a uma frase das adolescentes: "boca não tem algema". Segundo os agentes socioeducativos, essa é a manobra mais efetiva, construída pelas jovens, para desconstruir as técnicas de contenção da instituição. A gritaria, o "blá-blá-blá" interminável das adolescentes por trás das grades, a fofoca e a demanda infinita direcionada aos agentes, tornam o contato com as jovens, segundo os relato dos próprios agentes, enlouquecedor.

Enfatizaremos a segunda estratégia, pois acreditamos que ela pode nos ajudar a compreender a força de resistência ao enquadramento do gozo. Diante da queixa das adolescentes "você está me vendo demais" e "estou ficando louca de cadeia"¹⁰, elas demonstram, através da voz, como existe um impossível de conter, mesmo diante de uma vigilância contínua.

Tomamos o regimento único na instituição como inserido na função fálica, do lado masculino da tábua da sexualização, pois as leis e as regras institucionais são normas simbólicas, que visam a restrição do gozo. Mas, sabemos que aquilo que fica de fora do que pode ser abarcado pela linguagem, retorna.

¹⁰ As duas frases são muito utilizadas pelas adolescentes para dizer do insuportável na convivência com os agentes (são aqueles que estão em contato com as jovens 24 horas), e dificuldade ao adaptar-se ao modelo institucional de conduta. Essas frases normalmente apareciam nos atendimentos após alguma infração das jovens.

As normas sociais têm seu reflexo nas leis, elas são mediadas através do campo do Direito, que estabelece quais condutas devem ser aceitas, tanto do ponto de vista social quanto jurídico (técnico). Lacan (1972-73/1985) no início do seminário XX, afirma que o Direito se ocupa do gozo "...no fundo, o direito fala do que vou lhes falar – o gozo" (LACAN, 1972-73/1985, p.10). O autor esclarece que o Direito se ocupa de repartir, distribuir, retribuir tudo o que se relaciona ao gozo, vai fazer da linguagem um "utensílio" para instrumentalizar o gozo, que por si só, não serve para nada.

A submissão do gozo às regras e costumes vai dar acesso à vida social. O contrato social coloca o gozo dentro desse limite universalizante, e assim podemos ter acesso a um gozo fálico, social, útil. A legislação socioeducativa, os marcos internos institucionais, visam identificar e regular a convivência entre os funcionários e adolescentes, além de traçar as diretrizes do trabalho com o adolescente infrator. Funcionários e adolescentes estão submetidos às regras, restringindo a prática de convivência nas instituições. O regimento é único, destina-se a todas as unidades socioeducativas, masculinas e femininas.

De uma maneira geral, o Direito, incluindo o direito penal, é responsável por identificar e classificar as condutas. No ocidente, esta se tornou a via preferencial para lidar com a transgressão e apaziguar a tensão nas relações sociais. As leis passam a estabelecer uma via preferencial de desfrute de um gozo social.

Apesar de submeter o gozo à linguagem e assim, possibilitar o vínculo social, essas leis e costumes não podem abarcar todo o gozo, algo escapa. O crime e a transgressão podem ser considerados como uma das formas de manifestação desse excedente.

A unidade socioeducativa tem como objetivo um processo educativo no qual o jovem infrator deve abandonar um conduta dita transgressora para adequar-se ao ideal social, conectado à educação formal, ao trabalho e à relação em família. No entanto, no tempo da puberdade, o despertar do real sexual invade os adolescentes, obrigando-os a dar um destino ao excedente pulsional perturbador. O que vemos nas instituições socioeducativas é uma tentativa de se erradicar todo o gozo, de não dar espaço para um tratamento possível desse gozo que ultrapassa as jovens.

A puberdade é o tempo de escolha de uma posição na partilha sexual, como homem ou mulher. Como vimos anteriormente, não se trata de uma questão de gênero, mas de bipartição do gozo. As instituições de internação pretendem abolir toda e qualquer diferença sexual. No entanto, as regras criadas para as instituições "masculinas" fracassam na contenção do gozo propriamente feminino. Há uma recusa da instituição em aceitar o gozo excedente que insiste

em se manifestar.

A relação afetiva entre as adolescentes configura-se como transgressora para os agentes defensores de uma moral sexual na qual a modalidade de relação considerada adequada está no par homem-mulher. A defesa dessa moral sexual se realiza via vigilância generalizada no panótico socioeducativo. Isso implica na incidência de um olhar intermitente que atravessa as jovens. Os agentes policiam todo tipo de aproximação corporal entre as adolescentes, o que leva à fúria das jovens. As respostas construídas por elas estabelecem um tipo de fronteira dentro do domínio institucional, um espaço para a vivência de outro gozo, não-todo fálico.

A primeira forma de resposta se dá pela via do corpo, como resistência ao procedimento de contenção. Geralmente a contenção física é feita por dois homens e duas mulheres. As adolescentes resistem à contenção física, tiram a roupa para afastar as mãos dos homens, e, para escorregar das mãos das agentes, as adolescentes se ensaboam. Elas vangloriam-se de produzir uma impotência nos agentes. Algumas adolescentes, diante da contenção inevitável, param de se debater e gritam para que todos possam escutá-las: "Vai agente, me carrega, tô cansada". Apesar da força física dos agentes, as adolescentes respondem com um corpo que não se submete, que escorrega, que cai, que produz um furo no saber da instituição sobre como conter os corpos. As grades e as contenções físicas ali fracassam.

A segunda maneira de resistir ao controle institucional alcança todo o território institucional, mas incide principalmente sobre os agentes. Trata-se do falatório das adolescentes, o namoro aos gritos nas janelas, a cantoria sem fim, o "blá-blá-blá" e as fofocas, que podem ser ouvidos em toda a instituição, e torna a permanência dos agentes no corredor extenuante; segundo eles, é um barulho sem fim. Mesmo quando estão algemadas atrás das grades nos alojamentos, o falatório não para, quando advertidas para ficarem em silêncio, elas dizem "Boca não tem algema".

Esse excesso que se manifesta na voz despertou vários questionamentos: Porque elas gritam sem parar? Porque fazem dessa uma forma preferencial de satisfação, em um lugar em que todo "gozo inútil" deveria ser convertido em trabalho? Qual a relação existente entre as atividades propostas pela instituição e a voz?

Todas as atividades naquele lugar são executadas preferencialmente de forma silenciosa. Na cultura daquela instituição, o silêncio faz parte da disciplina, é um dos mecanismos de controle da equipe de segurança. O silêncio toma a consistência de algo que

pode tornar todo o tempo produtivo. A produção visa preencher todos os espaços vazios, eliminando o inútil. A conversa é associada à agitação dos grupos; logo, pelo cálculo utilitário, ela deve ser evitada. Em seu lugar, o silêncio deve ser associado ao trabalho (à escola, à oficina etc). Até mesmo as cartas/bilhetes são censuradas. Essa restrição da voz tem o objetivo de potencializar o trabalho, visa um “a-mais-de-produção”. Mas, quando a rotina torna-se esmagadora sobre as adolescentes, elas começam a dizer que o tempo parece não passar, “Estou ficando louca de cadeia, aqui o tempo não passa!”. O falatório começa, a maquinaria socioeducativa enlouquece, o regimento interno é “virado de pernas para o ar”. Esse é o ponto o qual gostaríamos de chamar a atenção, pois acreditamos que essa seja a resposta das adolescentes é o que provoca o maior abalo na instituição.

O retorno do inútil produz uma impotência nos agentes. A falação sem sentido, a pura satisfação pulsional, funda um território de liberdade, exatamente em uma instituição construída para restringir a liberdade. A gritaria é resultado da emergência de um gozo que não se submete à ordem significante, que extrapola o domínio masculino, e que aponta para o feminino.

A voz é usada pelas adolescentes para abrir uma brecha no espaço e no tempo. Sobre o que as adolescentes conversam, fofocam e gritam? Sobre o mais inútil, é claro. Sobre os namoros, sobre a sexualidade, sobre o amor “incontrolável”, “destemido” e “exagerado”. “Eu te amo meu amor”, é o grito que mais incomoda os agentes, ele escancara o que não se governa, um gozo sem lei.

A conversa entre as jovens é percebida pela equipe de segurança como barulho. Sabemos, desde Freud, que a voz é um dos objetos parciais da pulsão, que se destaca do corpo. Talvez um bom exemplo disso seja na psicose, na qual a voz retorna sobre o sujeito em forma de comando, o invade. Sem a defesa simbólica, o real retorna no imaginário sobre forma de alucinação. Lacan evidencia que a fala não visa apenas o laço social, mas também um gozo autista, o gozo do “Blá-blá-blá”. Assim, o grito das jovens vai além da demanda dirigida ao Outro. Há, nesse grito, a irrupção de um gozo que se satisfaz sem o apelo ao Outro. Mais do que comunicar, a palavra faz gozar. O grito atesta a emergência de um gozo além do fálico, o gozo propriamente feminino. Assim, quanto mais se reprime toda e qualquer possibilidade de se falar naquele espaço, maior a chance de se irromper a gritaria fora do controle, a falação enlouquecedora.

Os agentes evitam ficar posicionados no corredor, local mais próximo das adolescentes, porque a proximidade torna-se insuportável. O alojamento, a cela, ou seja, o

espaço destinado ao encarceramento, deveria ser o local onde se realizaria, de forma mais precisa, potente e eficaz, os objetivos de contenção. Mas, de forma curiosa, este é o lugar do furo da maquinaria panóptica. É exatamente ali, onde o Outro institucional se apresenta como Todo-poderoso em governar, que ele surge como “não-todo”, onde ele é barrado, se mostra cego. A voz intermitente das adolescentes afasta os agentes, possibilitando um espaço de intimidade. O território que é preferencialmente consagrado a privar a liberdade é exatamente onde as jovens conseguem a maior privacidade. Longe do olhar institucional, nesse espaço impera o culto ao inútil, ou seja, o namoro, o jogo, a fofoca, o sexo. Ali as adolescentes conseguem "matar o tempo", circunscrevendo o próprio espaço, subvertendo-o e ressignificando-o. Quanto mais próximo das adolescentes, maior a falação, e mais difícil para os agentes permanecerem por muito tempo naquele lugar, o que cresce o domínio das adolescentes. Se vigilância pretende tomar todo o espaço para colocá-lo a serviço do útil, a voz produz impotência nos agentes, fazendo emergir o inútil. E, fundamentalmente, a voz delimita um espaço próprio, fora do olhar do Outro, suspendendo a luz que desenha o espaço.

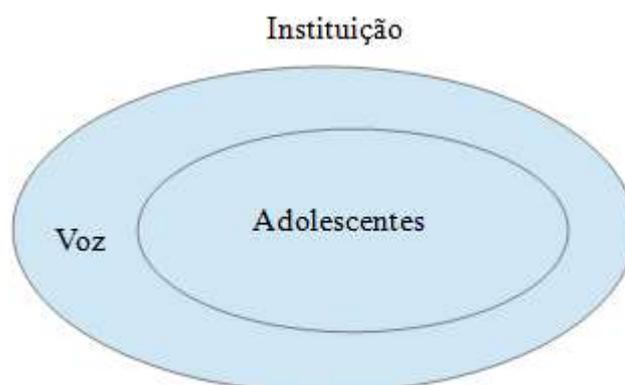


Figura 9: Domínio Institucional vs. Adolescente.

As adolescentes parecem usar os seus corpos como a última fronteira de resistência ao controle institucional. Através do namoro, criam um tipo de "meu corpo, minhas regras". O impossível de controlar fica escancarado para a vigilância. Aquilo que se acreditava ser de domínio privado, que deveria acontecer às escondidas (“a sapataria”), é levado a público, é ofertado ao olhar do Outro institucional. Se, em uma primeira mirada, pode-se pensar em uma redução da intimidade ao ofertar o corpo ao olhar do Outro, trata-se do contrário. Ao ofertar o objeto voz ou o corpo, para ser ouvido ou visto pelo Outro institucional, a adolescente cria uma zona de espaço privado, uma sombra dentro do domínio do Outro.

A mágica ou ilusão se insere aí como aquele que oferta um objeto para esconder outro,

brinca com o campo visual, e, com a percepção, distrai o olho, para assim inserir-se no campo do Outro, e, ao mesmo tempo, separar-se dele. O objeto ofertado é uma armadilha para o olho. Outra estratégia das adolescentes para distrair a vigilância é simular um ato, para cometer outros. Normalmente, quando as jovens querem distrair a atenção dos agentes, combinam entre elas que, uma adolescente posicionada no começo do corredor dos alojamentos, comece a gritar e a chutar a porta da cela sem parar. Enquanto todos os agentes se concentram em acabar com a barulheira, todas as outras estão livres da vigilância e, por alguns minutos, têm a liberdade para transgredir (fumar maconha, beijar, comer algo proibido, raspar o cabelo). De repente, a gritaria para, todas as adolescentes começam a rir, todos os agentes ficam sem saber o motivo de tanto alarde. Enquanto os agentes acreditavam que a transgressão acontecia onde estava o barulho, a maior transgressão acontecia longe da luz, do barulho, ali onde o olhar vigilante se afastava.

O importante é salvaguardar a dimensão singular de gozo. A elaboração de Lacan (1964) da esquizofrenia entre a visão e o olhar nos esclarece sobre a estruturação do campo escópico, que pode ser remetida ao quadro. Na tela *Os embaixadores*, de Holbein, Lacan usa o quadro para referir-se à fantasia, distinguindo o plano-sujeito do plano em que o olhar se inscreve como objeto *a* (QUINET, 2002).

Segundo Lacan:

O pintor, aquele que deverá estar diante do seu quadro, oferece algo que em toda uma parte pelo menos, da pintura, poderia resumir-se assim – Queres olhar? Pois bem, veja então isso! Ele oferece algo como pastagem para o olho, mas convida aquele a quem o quadro é apresentado a depor ali seu olhar, como se depõe as armas. Aí está o efeito pacificador, apolíneo, da pintura. Algo é dado não tanto ao olhar quanto ao olho, algo que comporta abandono, deposição do olhar. (LACAN, 1964/2008, p.102)

Lacan vai chamar a atenção para a “mancha” no quadro, esse ponto de borrão da imagem, esse objeto que se oferta para a satisfação do Outro, com o intuito de defletir algo desse olhar que objetaliza e atravessa o sujeito.

As imagens buscam velar o objeto. A tela é um anteparo ao olhar, que precisa ser barrado para que a visão se produza (QUINET, 2002). A tela faz do objeto “*olhar*” um objeto elidido do campo da visão. A mancha é o anteparo ao objeto olhar e, ao mesmo tempo, o

presentifica. A mancha é o que borra a imagem. A mancha vela/revela o objeto, dá seu contorno.

Trata-se de levar a público um suposto objeto demandado pelo Outro, para ocultar aquilo que supostamente é causa para o sujeito. Os agentes entram com as técnicas da contenção, previsão e força física, porém, as adolescentes respondem de forma inesperada, e, de forma louca, tiram a roupa, ficam nuas e gritam sem parar. Ao mesmo tempo em que desorientam a vigilância, se oferecem ao olhar do Outro: “Quer uma infratora? Então toma!”. Como salienta Foucault (1987/1999), a transgressão serve à lógica da repressão, ela a reforça. É necessário que existam aqueles que resistem às regras institucionais, para que a repressão seja justificada.

Mas, ao tirarem as roupas, os agentes tornam-se impotentes, não podem tocá-las, pois o ato de tocar os seus corpos nus se configuraria como assédio sexual. Elas fazem uso da imagem social associada ao feminino, de fragilidade, fraqueza, passividade e pudor, a seu favor, ou seja, contra os agentes, que ficam desorientados e não sabem o que fazer. Diante da incompletude do Outro, surge a possibilidade do desejo se manifestar.

Durante todo esse trabalho de pesquisa, tomamos o olhar em sua vertente instrumentalizada pelo Outro institucional, como vigilância. A vigilância tem essa função de controlar e induzir o autocontrole do regulamento. Ela provoca a alucinação de um olho que tudo vê. Não encontramos em Freud ou em Lacan uma construção teórica sobre a vigilância, mas temos essa construção em relação ao olhar. Freud identificou o olhar como um dos objetos parciais da pulsão, mas foi Lacan quem o identificou como uma das manifestações do objeto *a*, fundamental na constituição do eu. Essa construção pode ser lida principalmente no seminário 4 (1956-57/1995) e no “O estádio do espelho como formador do eu, tal como nos é revelado na experiência psicanalítica” (1949/1998), e, posteriormente, nos seminários 10 (1962-63/2005) e 11 (1964/2008).

Segundo Miller, em “Sillet” (1995/2005), a retomada do tema do olhar é contemporânea à obra de Maurice Merleau-Ponty (1945), “O visível e o invisível”. Na visão de Merleau-Ponty, o olhar é uma resposta do sujeito ao espetáculo do mundo. Lacan se opõe a essa perspectiva, afirmando que o olhar é o que nos envolve quando subimos à cena do mundo, sem espectadores: “Somos seres olhados pela iluminação. Como resto.” (MILLER, 1995/2005, p. 285).

Os conceitos de visível, Outro, objeto *a* e mancha, irão se articular no seminário 11, para fundar a teoria de constituição do sujeito, que culminará nas operações lógicas de

alienação/separação.

Lacan (1964/2008), no seminário 11, define o olhar como uma das manifestações do objeto *a*, no campo do visível. O olhar aparece como uma instância externa que incide sobre o sujeito, “sou olhado”. Assim, o sujeito se inscreve através desse enquadramento do olhar sobre ele. O autor, ao discutir a obra de Maurice Merleau-Ponty, vai introduzir uma hiância entre a percepção do visível, distinguindo a visão do olhar. O olhar está do lado do objeto, enquanto a visão está do lado do sujeito, que se vê olhado pelo olho. Lacan vai marcar uma supremacia do olhar sobre a visão, pois entre a percepção do sujeito das imagens, inclusive do próprio eu, e a incidência do olhar, algo parece ser elidido. O elidido entre a percepção e o percebido pode ser lido como uma manifestação do real, como ejetado do simbólico.

Para Lacan, a divisão do sujeito se apresenta como aquele que vê o quadro e que é visto vendo o quadro. Esse sujeito dividido, sustentado pelo objeto *a*, corresponde ao que está elidido, configurando uma janela subjetiva, que equivale à falta a ser (QUINET, 2002).

Também, de todos os objetos nos quais o sujeito pode reconhecer a dependência em que está no registro do desejo, o olhar se especifica como inapreensível. É por isso que ele é desconhecido mais que qualquer outro objeto, e é talvez por essa razão também que o sujeito consegue simbolizar com tanta felicidade seu próprio traço evanescente e punctiforme na ilusão da consciência de ver-se, vendo-se, em que o olhar se elide (LACAN, 1964/2008, p.86).

Miller diz que Lacan funda algo novo ao elevar o lugar do Outro como a função da iluminação, o espaço da visibilidade, da luz, mas que normalmente não vemos o espaço. O olhar no lugar do Outro aparece como um determinismo:

No sonho, sou inteiramente governado pelo Outro, é o Outro que comanda e não sei aonde isso me leva. Ali não tenho espaço para colocar a questão e me distrair, perder tempo, como no estado de vigília. E, nisto, o sonho é o olhar do Outro, porquanto ele me coage. Ao passo que na vigília penso que sou quem vê e, portanto, tenho ilusão de atividade, de propriedade. (MILLER, 1995/2005, pp. 286-87).

Miller indica que existe certa coação promovida pelo olhar, o sujeito se objetaliza,

aparece como desapropriado de si. Ele faz uma equivalência entre a voz e o olhar:

É o exemplo que ele [Lacan] pega de Sartre, para quem o que faz função do olhar pode ser um barulho. Nesse caso, a função pode ser tomada emprestada ao *sensorium* da audição, e não somente à visão. (MILLER, 1995/2005, p. 287)

Apesar de atribuímos o olhar preferencialmente ao olho, a voz também pode ser percebida como olhar pelo sujeito o importante é que faz dele objeto no campo do Outro, em ambos, pode ser visto. Segundo Miller, Lacan acrescenta outro meio de visibilidade que está no lugar do Outro; a mancha. O olhar para Lacan assume esse lugar fundamental na constituição do sujeito, é, enquanto objeto olhado, que o sujeito faz da sua causa o desejo do Outro.

Mas, a incidência do olhar também pode ser perturbadora, intrusiva, quando o olhar não pode ser defletido, se o Outro insiste em sustentar que não tem mancha, não tem furo, que sua imagem é toda luminosa, é como olhar para o sol sem algum anteparo. A mancha é este anteparo contingencial, a possibilidade de o sujeito inserir-se entre o olho que olha e o objeto que é oferecido. É aí que o sujeito que pode emergir, nesse ponto de sombra. Miller relembra um termo de Lacan no seminário 11, “tornar-se mancha”. Ele acrescenta que o mimetismo¹¹ ilustra o “fazer-se objeto”, e que esse é certo ensaio da separação. Assim como existe certa alienação ao campo do Outro ao nível da percepção, o mimetismo do objeto é um esboço de separação dele, faz mancha, “[...] uma separação primitiva na qual o sujeito se liberta de uma parte de si mesmo, se automutila de seu semblante” (MILLER, 1995/2005, p. 288).

Segundo Miller, em um primeiro tempo no estádio do espelho sujeito e Outro são difíceis de distinguir. Em um segundo tempo, ao tentar se fazer imagem através do olhar do Outro, surge uma hiância, uma castração no campo visual. Essa falta irá ser apropriada pelo sujeito em forma de significante.

Para retomar a nossa discussão sobre a vigilância, será estabelecido um paralelo entre a incidência do olhar na formação do sujeito e as respostas das jovens na instituição.

As manifestações sexuais das jovens são claramente dirigidas ao olhar daqueles que as controlam. Elas fazem um furo nesse olhar, que busca se apresentar como maciço,

¹¹ O termo mimetismo é normalmente utilizado para designar nos animais a capacidade enganar através de sua aparência, se fazer de outro animal, confundir através da imagem que oferece, podemos tomar como exemplo os desenhos nas asas da borboleta que se assemelham a outros predadores, ou o bicho-pau, que tenta imitar o galho.

intermitente, como o olho de Deus, que tudo vê. Miller (1995/2005) comenta que, no ensino de Lacan, o mais importante em relação à constituição da realidade psíquica é a castração no campo da percepção. Existe uma supressão no campo escópico. Entre a visão e a percepção do olhar encontra-se a mancha. O anteparo, a mancha, está presente para fornecer suporte para que o sujeito constitua sua própria imagem, como resposta à demanda do Outro. É necessário lançar-se como esse objeto que supostamente completaria o Outro, para que esse Outro seja não-todo, desejante, e inclua o sujeito no desejo. O olho demanda o objeto, porque supostamente o objeto a poderia completar essa falta no Outro. Miller observa que Lacan localiza o objeto *a* no registro imaginário, mas esse objeto guarda relação direta com real, com o que não faz par, com aquilo que não se submete à ordem simbólica, e que remete à sua função de gozo perdido.

A experiência do Olhar aponta para certa objetualização do sujeito em relação ao mundo, porque o sujeito se oferece para esse olho “voraz” que Lacan chama de olho-mau/mau-olhado. O olhar demanda o objeto *a*:

[...]-isto é a função do olhar. Eu entendo, e Maurice Merleau-Ponty nos mostra isto, que somos seres olhados no espetáculo do mundo... É mesmo essa fantasia que encontramos, na perspectiva platônica de um ser absoluto ao qual é transferida a qualidade de onividente. Ao nível mesmo da experiência fenomenal da contemplação, esse lado *onivoyuer* desponta na satisfação de uma mulher em se saber olhada, com a condição de que não se mostre isto a ela (LACAN, 1964/2008, p.78).

O autor nos aponta que entre o campo da percepção, do visível, e do Olhar do Outro, o sujeito experimenta alguma satisfação, é aí que ele se insere e pode introduzir a dimensão de alguma alteridade em relação ao Outro.

Essa breve discussão nos permite refletir sobre as respostas das jovens. O Outro institucional olha, vigia em tempo integral, buscando um total controle dos corpos, sua docilização (Foucault, 1975/1987).

Ao lançar uma luz intermitente sobre adolescentes, buscando converter toda “vontade/energia” em trabalho útil, tentando se apropriar de todo o gozo, a gritaria das jovens ofusca o olhar, fura a visão: “Quem com o olhar fere com a voz será ferido”.

A máquina de ver sem parar fundamenta-se na crença de que é possível operar uma

transformação simbólica sem restos, e que a dimensão pública pode abarcar toda intimidade, abolindo a subjetividade.

A instituição, na busca do controle dos corpos, utiliza de vários recursos. Um deles é o castigo que, através do espetáculo, da exibição do sofrimento, tenta inibir outros comportamentos desviantes. O regimento é igual para todos. Cada regra remete a outra, que, por sua vez, remete a um comportamento, a uma sanção, etc. A sanção de um comportamento deverá ser sentida por todos. Tornar tudo público é fazer uso do teatro, é privilegiar a imagem em detrimento da força física. Tratar a todos de forma igual, com o mesmo regimento, com as mesmas sanções, é tentar obter efeitos de sofrimento igualitário e inibir o comportamento desviante: “Olhe para ela, raspou o cabelo, agora está proibida de ver televisão”. A visão daquele que sofre visa ressoar sobre os outros presos. Confere-se uma potência à força das imagens, para promover efeitos reais de dor sem a aplicação da força.

A intenção de converter todo olhar em vigilância é pretender fazer uma operação sem resto. A prática nos mostra como esse castelo lógico se desmonta desde o princípio, pois as adolescentes não dão a mesma importância para as sanções. Ficar sem ver televisão para algumas adolescentes é o mesmo que não receber nenhuma punição. Isso enfurece os agentes, e eles pedem normas cada vez mais rígidas. Mesmo a imagem pública do sofrimento não atinge todas as adolescentes.

O grito, o corpo que escorrega, parece um retorno assombroso daquilo que a instituição tentou ocultar. Diante desse Outro que não parece tão potente, as jovens começam a apropriar-se do espaço institucional, que deixa de ser totalmente público, uma vez que a vigilância caduca. As adolescentes instauram um lugar para a intimidade dentro do espaço coletivo.

Naquele espaço, nas sombras, surge certa liberdade para gozar, fora dos moldes institucionais. Quando tudo é dado a ver, o sujeito cria um recurso para subtrair-se ao olhar do Outro. Ao exibir a indocilidade de seu corpo e ao se fazer ouvir pelos gritos, paradoxalmente, a adolescente se esquia do olhar do Outro, construindo uma margem que permite a intimidade.

O panóptico, ao tentar encarcerar o olhar através de sua instrumentalização, do enquadramento normativo, visa à transformação dos corpos em algo muito produtivo ao ofício do vigilante. Ao apropriar-se de um dos objetos da pulsão, o olhar, e transformá-lo em vigilância, acredita lançar luz sobre todo o espaço. No entanto, o que os agentes ignoram, é a impossibilidade de tudo ver.

Para Wajzman (2011), o território do íntimo pode definir-se como a possibilidade do oculto. Um lugar no mundo que seja seu, onde possa esquivar-se do olhar do Outro, da vontade de transparência que tudo que ilumina. A transparência, para Wajzman, é a operação em que o sujeito é visto por completo, tornando-se transparente.

Ao se tornar transparente, o homem é reduzido ao estatuto de coisa. No espaço do íntimo, o sujeito pode suspender o olhar intermitente do Outro e olhar para si mesmo, constituindo algo próprio. Este funcionamento de olhar para si demonstra que o sujeito não está colado nele mesmo e que não é um objeto que pode ser captado pelo olhar do Outro. O íntimo é lugar no qual o sujeito pode perguntar-se, pode olhar interrogando-se. Isso está manifesto nessa interrogação, em sua parte sombra, fechada para o olhar do Outro, que também é escura para o sujeito. Wajzman faz uma equivalência entre esse lugar fora do sujeito e mais próximo à sua intimidade e o lugar do inconsciente, um si, fora de si, onde habita sua irredutível divisão, e sua verdade, como dividido.

O desejo de transparência moderna tenta extrair o íntimo à força, que, além de ser uma violência, é uma ilusão. Não se pode extrair uma verdade do sujeito, resta a ele o direito de resistir, o direito de mentir sobre sua verdade. Wajzman descreve o desejo de transparência na contemporaneidade. Diante de um Estado que apresenta um desejo voraz de transparência, o território do íntimo diminui, e suas fronteiras entre o público e o íntimo ficam cada vez mais indefinidas. O olho voraz cada vez mais avança sobre o domínio do sujeito, e os jogos de esconde-esconde tão importantes na constituição infantil, quase não são possíveis hoje. Diante da pergunta sobre o que mudou no mundo atual, a sua resposta é certa, falta a sombra. Diante do avanço do olhar, é preciso defender o direito à sombra, ao mistério, é preciso salvar o íntimo, manter a sombra é salvar o sujeito.

As adolescentes reivindicam o direito à sombra, longe do olhar do Outro devorador. Fazer cabana¹² é uma das formas de resistir à entrada do olhar no domínio íntimo. A frase “você está me vendo demais”, atesta esse avanço sobre o domínio do íntimo. Afastar os agentes, gritar, falar sem parar, tornar-se repulsiva, são alguns dos movimentos de defesa do íntimo, sendo o corpo usado como a última fronteira. Fazer furo no olhar do Outro é reivindicar um ponto cego nesse olho que tudo vê.

As adolescentes acabam por encenar na instituição um tipo de teatro, celebrando uma

¹² Cabana é o nome dado pelos adolescentes presidiário para designar o ato de tapar janelas e grades com lençol. Aquilo que tem como desculpa ocultar-se da luz do sol, na verdade permite que as sombras entrem, e assim esquiva-se do olho do vigia. Eles dificultam a visão interna da cela, normalmente é proibida pelas equipes de segurança.

separação do Outro. O regimento único, que regula as instituições, criado e pensado a partir de um modelo centrado na população masculina, foi programado para ser produtivo e útil, visando o ideal civilizatório. As adolescentes com os seus comportamentos de transgressão apontam para algo que não pode ser “controlado”, um gozo que não se submete à ordem simbólica e que aponta para o que há de mais singular, a dimensão real do gozo.

O regimento socioeducativo estabelece as vias preferenciais de satisfação, transformando-se, para aqueles que habitam a instituição, num modelo único de acesso ao gozo, visando excluir o furo próprio da linguagem. Se o Outro institucional pretende a normatização do gozo pela via dos ideais, a exclusão desse gozo leva ao retorno do pior. Quando se busca erradicar todo gozo, toda a violência, submeter tudo ao crivo da civilização, o gozo não domesticável irrompe de forma drástica. O outro lado da “ética do bem estar social” é a sua face malévola, o real do gozo sem lei. O gozo feminino escapa às determinações simbólicas e insiste em se manifestar:

O feminino é o campo do impossível, que não cessa de não se escrever: O não para de não se escrever, em contraposição é o impossível, tal como o defino pelo que ele não pode, em nenhum caso, escrever-se, e é por aí que designo o que é da relação sexual – a relação sexual não pára de não se escrever (LACAN, 1973, p.127).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho, buscamos investigar a função da formação de par-amoroso para adolescentes do sexo feminino em cumprimento da medida de internação.

No primeiro capítulo, fizemos uma discussão acerca do funcionamento institucional, descrevendo as suas regras e rotinas. Aproximamos a lógica de funcionamento das unidades socioeducativas de internação de Minas Gerais com o modelo do Panóptico de Bentham. Para fazer esta reflexão, utilizamos algumas contribuições teóricas de Foucault (1985/1999) e de Lacan (1972-73/1985), além de alguns de seus comentadores. Discutimos como a instituição busca regular os hábitos e os modos de vida das pessoas através dos mecanismos de disciplina e vigilância.

O panóptico produz a transformação do comportamento através da autovigilância. A disciplina, por sua vez, realiza uma apropriação do espaço de forma a eliminar a liberdade e o que é considerado inútil. O controle do espaço e do tempo produz um uso especializado dos corpos. A delimitação dos espaços remete os sujeitos aos lugares, comportamentos e funções que servem ao trabalho, e não ao convívio social. A vigilância constante visa banir a contingência e instituir a previsão, reduzir os riscos e transformar o comportamento. A imposição institucional de uniformização se apresenta desde a padronização das vestimentas dos funcionários e adolescentes até no regramento do tempo e de toda conduta.

Há uma interiorização das regras pelos sujeitos. As adolescentes, mesmo quando estão fora da instituição, mantêm a mesma rotina institucional, repetindo os hábitos e práticas disciplinares. A apropriação corporal do “modelo disciplinar” não significa, contudo, o fim da prática de delitos, já que ela é mantida por muitas jovens mesmo depois do acautelamento. Vimos ainda, nesse capítulo, que as tentativas de se restringir o convívio das adolescentes no interior da unidade socioeducativa só leva ao fortalecimento dos grupos.

Buscamos, pois, descrever a forma como o Outro Institucional se apresenta para as adolescentes para tentar compreender de que forma elas respondem aos seus imperativos. Identificamos o caráter político das respostas das jovens, como um ato de resistência ao controle institucional e em defesa da liberdade; mas também subjetivo, como uma tentativa de instauração de um espaço íntimo em um local onde tudo é dado a ver.

No segundo capítulo, discutimos o conceito de identificação e apresentamos a noção de adolescência na teoria psicanalítica, em especial, em Freud e Lacan. Concluimos que a formação de par-amoroso entre as adolescentes é da ordem da identificação aos grupos, que

acontece sob a forma de contágio. Tendo em vista as três fontes de identificação descritas por Freud, consideramos que a identificação histérica parece ser a mola da propagação do namoro. Na epidemia histérica não há ligação sexual com a pessoa copiada. O mecanismo é o da identificação baseada no querer deslocar-se para a mesma situação, como identificação ao desejo do Outro. Essa é a identificação constitutiva da massa que funciona como um só corpo, em uma consistência imaginária.

A adolescência é um momento em que a identificação com os pais é substituída pela identificação com os grupos de pares. Vimos como as adolescentes se inserem no grupo institucional pela via do significante “sapatão”. A sexualidade é percebida como uma ameaça ao funcionamento institucional, e por isso, toda manifestação sexual é reprimida. Além disso, qualquer relacionamento divergente do par homem-mulher é interpretado como uma anomalia ou como uma afronta pelos agentes institucionais.

Porém, as adolescentes demonstram com os seus atos que o real sexual recém-desperto não reconhece fórmula única de satisfação. A adolescência é o tempo da elaboração de uma resposta ao impossível próprio da puberdade. Diante da ausência de um significante que defina o ser mulher, a identificação histérica é uma saída possível, ainda que parcial.

Concluimos que a formação de par-amoroso entre as adolescentes na instituição:

- 1) É da ordem da identificação, como forma de inserção no grupo;
- 2) A identificação com o significante “sapatão” envolve os processos de alienação e separação do Outro, pois, ao mesmo tempo em que visa à inclusão no grupo de adolescentes na instituição, é uma tentativa de separar-se do Outro institucional. As adolescentes recusam a nomeação ofertada pela instituição para designá-las;
- 3) Pode ser considerada como uma identificação histérica, com o desejo do Outro;
- 4) Mesmo sendo um fenômeno coletivo, cada adolescente se apaixona de um modo próprio, cada relacionamento é significado de uma maneira particular.

Consideramos, contudo, que há algo nessa resposta das jovens que extrapola o campo das identificações, que aponta para um gozo que escapa às determinações simbólicas, com o qual a adolescente se depara na puberdade.

No terceiro capítulo, portanto, discutimos a tábua da sexuação de Lacan, diferenciando as duas modalidades de gozo, masculina e feminina. Através das categorias lógicas do todo-fálico e do não-todo, discutimos a impossibilidade lógica de se submeter todo o gozo a uma dimensão simbólica. Ressaltamos, também, a impossibilidade de se sustentar um modo de vida no qual tudo é público. Relacionamos o modelo do panóptico de Bentham ao olhar na

teoria de Lacan (1972-73/1985). O olhar é identificado por Lacan como um das manifestações da pulsão, fundamental na formação do psiquismo. O olhar é utilizado pela maquinaria panóptica para realizar a vigilância, como aquele que tudo vê. Sua incidência intermitente é sempre perturbadora. Diante do olhar, o sujeito experimenta certa objetualização. As frases das adolescentes, tais como, “estou ficando louca de cadeia”, “você está me vendo demais”, “aqui o tempo não passa”, demonstram os efeitos desse controle vigilante sobre os sujeitos.

O regimento único, com suas normas simbólicas, está inserido na função fálica, que visa restringir o gozo, submetendo-o ao modo social, ao significante. No entanto, como nos adverte Lacan (1972-73), aquilo que é rejeitado pelo simbólico retorna.

Destacamos, neste capítulo, que:

- Na instituição, todos os espaços são tomados pela vigilância. Exige-se o silêncio dos corpos. Tudo deve se tornar público, iluminado, nada pode fugir ao domínio da instituição, que se assemelha a um olho voraz;
- Os atos transgressores e os gritos surgem como um retorno do excedente pulsional que insiste em se manifestar;
- Onde tudo é dado a ver, a gritaria e os movimentos corporais criam uma zona privada, um território íntimo, uma sombra no olhar do Outro institucional, que permite a singularidade;
- Os namoros, as gritarias e os movimentos dos corpos que escorregam das mãos dos agentes desvelam um impossível de conter, um gozo não regulado pelo significante;
- A formação de par-amoroso é um ato político, que visa a defesa da liberdade e da singularidade dentro dos muros institucionais;

Assim, concluimos que, mesmo que a função simbólica inscreva o sujeito na linguagem, possibilitando um gozo útil, algo sempre resta. Apesar de percebermos um esforço institucional em transformar o comportamento desviante, submetendo os sujeitos às leis e às regras morais, o gozo não regulado pelo significante retorna. O adolescente evidencia, com seus atos e palavras, o fracasso simbólico em ordenar todo o gozo. Assim, nas instituições, é preciso dar lugar à palavra e às soluções criativas, às invenções de cada um. Ao invés de buscar apenas soluções universais, é preciso abrir um espaço para que cada adolescente encontre um saber-fazer com o seu gozo inútil, com o impossível de conter.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- André, S. (2011). *O que quer uma mulher?* (2ª ed.). Rio de Janeiro, Zahar.
- Bentham, J., Silva, T.T., Miller, J.A., Perrot, M., & Werret, S. (2008). *O Panóptico* (2ª ed.). Belo Horizonte, Autêntica.
- Boas, C.T.V. (2002). *Para ler Michel Foucault* (2ª ed - eletrônica). Ouro Preto, Universidade Federal de Ouro Preto.
- Fink, B. (2008) *Sujeito Lacaniano: entre a linguagem e o gozo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Foucault, M. (1999a). *Microfísica do poder* (14ª ed.). Rio de Janeiro, Graal.
- Foucault, M. (1999b). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão* (20ª ed.). Petrópolis, Vozes.
- Freud, S. (1905/1996). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (vol.VII, pp.119-232)*. Rio de Janeiro, Imago.
- Freud, S. (1913/1996). Totem e Tabu. In *Edição Standard Brasileira de Obras Completas de Sigmund Freud (vol. XIII)*. Rio de Janeiro, Imago.
- Freud, S. (1920/1996). Além do princípio de prazer. In *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (vol.XVIII, pp.13-78)*. Rio de Janeiro, Imago.
- Freud, S. (1921/1996). Psicologia de Grupo e análise do ego. In *Edição Standard Brasileira de Obras Completas de Sigmund Freud (vol.XVIII)*. Rio de Janeiro, Imago.
- Freud, S. (1923/1996). A Organização Genital Infantil (Uma Interpolação na Teoria da Sexualidade). In *Edição Standard Brasileira de Obras Completas de Sigmund Freud (vol. XIX)*. Rio de Janeiro, Imago.
- Freud, S. (1925/1996). Algumas Consequências Psíquicas da Distinção Anatômica entre os Sexos. In *Edição Standard Brasileira de Obras Completas de Sigmund Freud (vol. XIX)*. Rio de Janeiro, Imago.
- Freud, S. (1931/1996). Sexualidade Feminina. In *Edição Standard Brasileira de Obras Completas de Sigmund Freud (vol. XXI)*. Rio de Janeiro, Imago.

- Freud, S. (1933/1996). Feminilidade, conferência XXXIII. In *Edição Standard Brasileira de Obras Completas de Sigmund Freud (vol. XXII)*. Rio de Janeiro, Imago.
- Freud, S. (1980a/1996). Sexualidade feminina. In *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (vol. XXI)*. Rio de Janeiro, Imago.
- Freud, S. (1980b/1996). Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (vol. XIX, pp.309 – 320)*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1996). *Edição Standard Brasileira de Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro, Imago.
- Lacan, J. (1961-62). *O Seminário, livro 9: A identificação*. Inédito.
- Lacan, J. (1985). *O Seminário, livro 20: Mais ainda (2ª ed.)*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1995). *O Seminário, livro 4: A Relação de Objeto*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1999). *O Seminário, livro 5: As Formações do Inconsciente*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Lacan, J. (2003a). O Aturdido. In *Outros Escritos (pp. 448-497)*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Lacan, J. (2003b). Prefácio “O despertar da primavera”. In *Outros escritos (pp. 557-559)*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Lacan, J. (2005). *O Seminário, livro 10: A Angústia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Lacan, J. (2008a). *O Seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Lacan, J. (2008b). *O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Laurent, E. (2003). Sintoma e nome próprio. In *Opção Lacaniana (n. 38, pp. 59-72)*. São Paulo, Eolia.

- Lima, N.L. (2009). *A escrita virtual na adolescência: os blogs como um tratamento do real da puberdade, analisados a partir da função do romance*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Mill, J. S. (2000). *O utilitarismo*. São Paulo, Iluminuras.
- Miller, J.A. (2005). *Silet: os paradoxos da pulsão, de Freud a Lacan*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Miller, J.A. (2008). A máquina panóptica de Jeremy Bentham. In *Jeremy Bentham: O Panóptico* (pp. 89-126). Belo Horizonte: Autêntica.
- Quinet, A. (2002). *Um Olhar a mais: ver e ser visto na psicanálise*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Roudinesco, E., & Plon, M. (1998). *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Salum, M.J.G. (2009). *A psicanálise e o crime: causa e responsabilidade nos atos criminosos, agressões e violência na clínica psicanalítica contemporânea*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Soler, C. (2005). *O que Lacan dizia das mulheres*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Stenner, A.S. (2011). *Sexuação e modalidades de gozo na clínica com mulheres psicóticas*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Wikipedia. *A enciclopédia livre* [online]. Disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/>>.